



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO**



DEIVID CARLOS DE OLIVEIRA
LARISSA BEATRIZ VENÂNCIO

**CORPOS EM TRÂNSITO:
transgressões ao binarismo de gênero**

Produto Jornalístico

Mariana
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO**



DEIVID CARLOS DE OLIVEIRA
LARISSA BEATRIZ VENÂNCIO

**CORPOS EM TRÂNSITO:
transgressões ao binarismo de gênero**

Memorial descritivo de produto apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Marta Regina Maia

Mariana
2019

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

O48c Oliveira, Deivid Carlos De .
Corpos em trânsito [manuscrito]: transgressões ao binarismo de gênero. / Deivid Carlos De Oliveira. Larissa Beatriz Venâncio. - 2019. 66 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina Maia.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Corpo humano - Aspectos sociais. 2. Identidade de gênero. 3. Jornalismo. 4. Subjetividade. I. Venâncio, Larissa Beatriz. II. Maia, Marta Regina. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 305



FOLHA DE APROVAÇÃO

Deivid Carlos de Oliveira e Larissa Beatriz Venâncio

CORPOS EM TRÂNSITO: transgressões ao binarismo de gênero

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em 13 de dezembro de 2019

Membros da banca

Doutora Marta Regina Maia - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora Karina Gomes Barbosa (Universidade Federal de Ouro Preto)
Mestra Dayane do Carmo Barretos (Universidade Federal de Minas Gerais).

Marta Regina Maia, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/02/2021



Documento assinado eletronicamente por **Marta Regina Maia**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 07/02/2021, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0133435** e o código CRC **6BF94964**.

Aos que tem coragem de expressar suas verdades em meio a discursos tirânicos.

(Saibam que vocês não estão só).

AGRADECIMENTOS

Muitas vidas cruzaram nossos caminhos. Por isso, nos vemos diante da impossibilidade de nomear cada uma delas. Portanto, agradeceremos à universidade pública, gratuita e de qualidade. Lugar que possibilitou o contato com o saber e a realização deste trabalho. Esperamos que outras vidas desprovidas de recursos possam ocupar o espaço que deixamos hoje.

“É chocante. É chocante lidarmos – ainda – com a contingência primária do ser: se é homem ou se é mulher. E não pensarmos a partir do secundário, com a capacidade do ser de se transformar e se transformar; e dos gêneros, de se transformarem e se transformarem”.

Fernanda Young

RESUMO

“Corpos em trânsito” é uma reportagem multimídia com foco nas identidades de sujeitos que transcendem o binarismo de gênero. O produto busca retratar histórias de indivíduos marginalizados pelo CISTema e o modo como tais opressões encontram no corpo um lugar de afetação e resistência. Partindo das discussões sobre narrativas humanizadas no jornalismo, constrói-se um trabalho que valoriza a escuta, a aproximação com as fontes e as subjetividades intrínsecas no processo de narrar. Nesse sentido, percebe-se que a presença do jornalista com a fonte altera os olhares que ela exerce sobre si. E vice-versa.

Palavras-chave: corpo; identidade; gênero; subjetividade; jornalismo.

ABSTRACT

“Corpos em trânsito” is a multimedia report focusing on the identities of transcendent subjects to gender binaries. The product seeks to portray stories marginalized by the system and the way these oppressions are hidden in the body in a place of affect and resistance. Starting from the discussions about humanized narratives in journalism; build a work that values listening, an approach with sources and subjectivities intrinsic in the narrative process. In this sense, it is clear that the presence of a journalist with press sources alters the visions they have about themselves. And vice versa.

Keywords: body; identity; gender, subjectivity; journalism.

RESUMEN

“Corpos em trânsito” es un informe multimedia que se centra en las identidades de sujetos de género binario trascendentales. El producto busca retratar historias marginadas por sistema y la forma en que estas opresiones están ocultas en el cuerpo en un lugar de afecto y resistencia. A partir de las discusiones sobre narraciones humanizadas en el periodismo, construya un trabajo que valore la escucha, un enfoque con fuentes y subjetividades intrínsecas en el proceso narrativo. En este sentido, está claro que la presencia de una periodista con una fuente altera las opiniones que tiene sobre sí misma. Y viceversa.

Palabras clave: cuerpo; identidad; género; subjetividad; periodismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ASCENSÕES NARRATIVAS	13
1.1 Saberes e práticas jornalísticas	18
1.2 Novas formas de se fazer jornalismo	20
2 POTENCIALIDADES DA EXPERIÊNCIA E DA MEMÓRIA.....	23
2.1 Gotas de memória no regime da escrita	25
3 REPERTÓRIO DE IDENTIDADES PARA SUJEITOS CAMBIANTES	29
3.1 Descréditos dos estigmas	32
4 VESTIR-SE DE AFETOS	37
4.1 Anatomia da alteridade	39
5 (RE)CONFIGURAÇÃO DA VIDA PÚBLICA E VIDA PRIVADA.....	42
6 POLÍTICAS GENDRADAS NA REGULAÇÃO DOS CORPOS.....	48
6.1 Contornos do CISTema	51
6.2 A tensão e o desassossego sobre corpos dissidentes.....	53
PLANO DE TRABALHO E PAUTA ESTENDIDA	57
ANÁLISE DOS RESULTADOS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

O trabalho consiste em uma reportagem multimídia, com ênfase na construção das identidades diante da violência que acomete corpos dissidentes da norma. Esses corpos, historicamente à margem, aparecem como transgressões do padrão binário de gênero, que delimita fronteiras rígidas quanto ao controle dos sujeitos. Essas existências disruptivas não surgem somente como formas de expressão de gênero e sexualidade, mas também como objeções a tirania cisheteronormativa que oprime, reduz e desclassifica aqueles que não se incluem no binômio masculino e feminino.

A fim de promover um olhar mais humanizado sobre as histórias de vida, desenvolve-se um produto que busca desmistificar estigmas relacionados a pessoas da comunidade LGBTQIA+¹, sobretudo aquelas que enfrentam conflitos para viver com a identidade desejada. Além disso, tem-se como objetivo a aproximação dos leitores com as personagens abordadas, para que haja o reconhecimento das diferentes formas de experimentação do corpo.

Dessa forma, a reportagem multimídia produzida pode ser compreendida como uma oportunidade para se averiguar inúmeras problemáticas sociais. E, mais ainda, há nuances que integram a construção do produto que não devem passar despercebidas, como as vozes da pesquisa. Por isso, há uma tentativa de incluir na peça final os bastidores do produto, para que as circunstâncias dos encontros e as condições de produção sejam valorizadas como parte do todo.

Nesse sentido, o movimento de voltar o olhar para as etapas é basilar para que ocorra a averiguação do problema de pesquisa, que é, dentre todas as inquietações, o modo como os jornalistas impactam a vida das fontes pelo contato que estes estabelecem entre si - e vice-versa. Como os relatos autobiográficos remontam o cenário vivido por comunidades específicas, ao dividir as experiências com terceiros, as fontes não apenas descrevem suas histórias de vida, mas também refletem sobre si mesmos.

Para entender a complexidade do processo jornalístico e também as questões levantadas pelas fontes, faz-se necessário construir um arcabouço teórico consistente para entender minimamente determinados fenômenos sociais/estruturais. Assim, são utilizados

¹ No decorrer do trabalho, utiliza-se o símbolo de soma para se referir a outras formas de expressão de gênero e sexualidade.

conceitos que sustentam e permeiam o produto, como as discussões sobre corpo, estigma, identidade, experiência, tempo, memória, alteridade e vida pública/privada.

No primeiro tópico, *Ascensões narrativas*, discute-se os lugares que o campo jornalístico tem ocupado na esfera pública e as novas práticas da profissão. Reflete-se, em suma, o papel do jornalismo tradicional, suas efetividades, os desafios que envolvem o narrar e os novos direcionamentos assumidos por determinados jornalistas. Como inspiração bibliográfica, pode-se citar os estudos de Paul Ricoeur (2010), Bruno Souza Leal (2013) e Caio Fernando de Abreu (2015).

Após tatear a construção desses outros “jornalismos”, pensa-se no primeiro movimento realizado pelas personagens no contato com os repórteres: o exercício da memória. No tópico intitulado *Potencialidades da experiência e da memória*, aborda-se as intersecções entre as experiências vividas e narradas e as temporalidades inerentes na trama. É por meio das lembranças, do esquecimento e da não linearidade dos fatos que os eventos passados são retomados e ressignificados. Nesta seção, os argumentos de Joël Cadau (2012) sobre o mosaico de memórias que constitui os seres e as discussões de memória coletiva propostas por Maurice Halbwachs (1990) são imprescindíveis para o entendimento do modo como as memórias se inscrevem nos variados contextos sociais.

Na terceira seção, *Repertório de identidades para sujeitos cambiantes*, a multiplicidade de papéis sociais e a efemeridade das identidades tornam-se proeminentes na discussão. Neste ponto, são apresentadas as visões de Manuel Castells (1999) a respeito da construção identitária e a incapacidade dos sujeitos de preservar uma autenticidade; sobretudo porque os corpos são tocados pelos seus entornos, o que altera regularmente as condutas, visões e posicionamentos adotados. Além disso, também são destacadas as discriminações sofridas por tais corpos em relação ao que Erving Goffman (1988) percebe como sendo propriedade dos estigmas.

O tópico seguinte, *Vestir-se de afetos*, discorre acerca do encontro entre fonte e jornalista e da necessidade de enxergar o Outro - que se coloca diante de nós - por intermédio da alteridade. Priscila Dionízio (2011) e Judith Butler (2011) oferecem contribuições necessárias para compreender a figura da alteridade, que cristaliza-se como premissa para a elaboração de narrativas mais humanizadas e com foco nas subjetividades que embalam vidas humanas.

Para retratar os fluxos realizados pelas personagens, aborda-se no quinto tópico, *(Re)configuração da vida pública e vida privada*, a dicotomia público/privado. A opção pelos conceitos auxilia no entendimento de John Thompson (2011) a respeito das posturas assumidas pelos corpos transeuntes a depender do grau de privacidade/exposição dos espaços. Utiliza-se também, como tentativa de alargar as reflexões sobre coletividade, a compreensão de Braga e Rodrigues (2014); que propõe deslocar a lógica público/privado também para os meios sociais digitais.

Em *Políticas gendradas na regulação dos corpos*, a incapacidade do CISTema de reconhecer outras formas de ser como sendo legítimas e possuidoras dos mesmos direitos que o restante da população. Como se trata de corpos suprimidos de inúmeras políticas públicas, é primordial acionar autores/as que escrevem sobre as vivências das quais eles presenciam cotidianamente, como Butler (2003) e Preciado (2014).

Por fim, conclui-se o memorial com o *Plano de trabalho*, *Pauta estendida* e *Análise de resultados*. Esses itens narram a produção da reportagem multimídia e refletem, a partir de uma linguagem mais analítica, os percursos, expectativas e impressões geradas no processo.

1 ASCENSÕES NARRATIVAS

O corpo, os sentidos e as emoções são instrumentos partícipes das práticas, e, quando percebidos em suas dimensões culturais e cognitivas, podem tornar-se potentes para melhores ações. A compreensão de um Eu que constrói o Outro em relação é um ganho gigantesco para as problemáticas relações de alteridade do jornalismo hegemônico.

Fabiana Moraes, 2019, p. 19

Mergulhar na atmosfera dos sujeitos requer que pensemos na forma como eles transfiguram-se narrativamente, ainda mais se tratando de um processo de imersão mediado pelo jornalismo. As narrativas atreladas ao ambiente jornalístico costumavam sugerir que os textos devem, rigorosamente, corresponder a parâmetros específicos de objetividade. No entanto, apesar delas serem dotadas de relatos objetivos, o critério da neutralidade vale-se, cada vez menos, como sinônimo da profissão. O ato de convocar sujeitos para o debate seja através da linguagem ou da representação semiótica envolvida nos discursos políticos, jornalísticos, filosóficos, poéticos, oníricos, pressupõe também o tratamento de questões subjetivas.

A matriz ficção *versus* realidade existente no âmbito jornalístico denota a pertinência de se pensar as narrativas em face dos sujeitos que delas participam, tanto na condição de personagens e autores quanto na de leitores que atuam sobre determinada história. Narrar, então, infere percorrer as dimensões do ser e do humano. O ser, como um vocábulo que abriga as noções de experiência, porque endossa e compõe a natureza mutável dos indivíduos, e o humano como a figura medular de qualquer produto comunicacional. Dessa forma, os sujeitos atuam na posição de agentes, num universo que mistura experiências, tempos, realidades, memórias e espaços.

Para traçar a relação dos sujeitos com as narrativas e dos sujeitos com eles mesmos, é necessário abstrair o conceito de narrativa, compreendendo que elas ultrapassam meras conformações discursivas. As narrativas alargam a percepção reducionista de que são, unicamente, uma modalidade textual (LEAL, 2013). Por tal razão, é preciso ir além. Afastar-se do conceito e dos olhares internalizados sobre o tema trabalhado. Há autores que se dedicaram a percorrer os caminhos que circundam o narrar. E mais ainda: narrar vidas, porque a ação, por si só, não é contemplatória da multiplicidade humana. O caráter envolto na

sentença é capaz de mostrar o cenário exclusivo que reside dizer do Outro² e para o Outro. Esse modo de encarar o mundo, tendo o sujeito como epígrafe, meio e finalidade, demonstra a incapacidade de qualquer abordagem jornalística que revogue a dimensão humana e relacional presentes na prática.

Um aspecto basilar para experienciar o cotidiano dos indivíduos por intermédio das narrativas é a ideia de partilha. A natureza dos escritos remonta a uma teia de compartilhamentos. Há, no seio do narrar, uma vocação docente. De tal maneira, as narrativas podem traduzir ensinamentos gerais que auxiliam na compreensão de um todo. Isto é: contribuem, em muito, para assegurar inteligibilidade ao mundo. O narrar carrega então formas de saber e de conhecimento que ajudam a decodificar a realidade. As narrativas, vistas por meio de um processo relacional, podem ser pensadas como um abrigo; um lugar que alberga as experiências cotidianas e fazem delas uma ponte para o saber.

O compartilhamento de competências, sejam elas inéditas ou não, convocam a um saber (do latim “*sapere*”) que, etimologicamente, significa ter gosto. Em face da morfologia da palavra saber reside a questão: quais são os traços encontrados nas narrativas responsáveis por assegurá-las como modos de apreender o mundo? A iniciativa em responder tal questão incita que as narrativas necessitam possuir, obrigatoriamente, uma finalidade. “Assim, as narrativas, não apenas organizam e configuram a experiência humana como também indicam que essa disposição dirige-se a um sentido, um fim, um destino e, porque não dizer, um destinatário” (LEAL, 2013, p. 32). No que concerne aos destinatários, pode-se dizer que os interlocutores possuem múltiplos papéis. Do mesmo modo que atuam como personagens das histórias contadas, eles revezam-se concomitantemente em outras posições. São partícipes das histórias e substrato das narrativas. Por tal razão, participam da recepção não apenas como seres passivos, mas são, também, sujeitos atuantes. Operam como matéria prima e como possibilidade dos relatos.

Uma inspiração bibliográfica para discutirmos os preâmbulos que regem a construção de uma narrativa é Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa* (2010). Ricoeur, ao elucidar as lógicas empregadas nas narrativas, apresenta o conceito de intriga, definindo-a como sendo a “representação da ação” (1994, p. 59). Seguindo a sua perspectiva, as narrativas são constituídas, principalmente, pela união do tempo e da tessitura da intriga; ambos

² A letra inicial maiúscula aparece para personificar/ humanizar estes seres que são vistos, na maioria das vezes, com inferioridade.

imprescindíveis para a constituição das narrativas. O tempo discutido não se refere aquele dos acontecimentos, mas sim ao existente nas próprias narrativas. A essa concepção, o filósofo francês intitulou tempo vivido-experiência e narração-consciência, no qual buscou entender como ocorre a integração do tempo e da narrativa histórica.

Para entender como as ações são transpostas em narrativas, faz-se necessário entender, a priori, outro conceito do autor: tríplice-mimese. Para que as narrativas se tornem concretas, é preciso considerar que elas partem de um mundo já pré-configurado, ou seja: um mundo referencial; um universo vivido já existente (mimese 1). A fim de tornar esse mundo tangível, é preciso configurá-lo narrativamente (mimese 2 - é durante esta etapa que aparece a figura do narrador e das técnicas de construção narrativa). Ainda que o mundo já tenha sido, de fato, configurado textualmente, ele só adquire vida no momento em que convoca o leitor para a trama (mimese 3). A presença da figura do leitor faz-se necessária porque a recepção da obra requer refigurações. E, mais ainda, é na presença com o leitor que ocorre trocas de sentido entre o texto e o leitor. Assim sendo, a “mimese III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor” (RICOUER, 1994, p. 110).

A presença do leitor/ouvinte/receptor é decisiva para um evento se tornar, de fato, uma narrativa. O encontro do mundo vivido com o mundo do texto e com o mundo do leitor explica também as razões pelas quais Fernando Resende (2009) alarga o entendimento das narrativas como um abrigo para o saber. Como Fernando³ tece considerações acerca do trabalho de Ricoeur, é possível buscar nos dois autores os percursos trilhados pelas narrativas. Além do mais, o conceito de tríplice-mimese, de Ricoeur, dialoga com a visão de Resende de que “à noção de um discurso formatado que explica o mundo, trabalha-se com a ideia da construção de uma narrativa que está em processo. Para tal efeito, fala-se de uma necessária dialogia, quando o que se pretende é considerar as possibilidades do encontro” (2009, p. 40).

Ao complexificar o percurso pelo qual as histórias percorrem para tornarem-se, efetivamente, narrativas, percebe-se não apenas o modo como as narrativas se constituem, como também outras dimensões envolvidas na sua configuração. A perspectiva de Paul Ricoeur aproxima conceitos oriundos do campo da história que conduzem a um novo olhar.

³ Há a predominância do tratamento, em textos acadêmicos, pelo sobrenome. Entretanto essa prática inviabiliza o pensamento feminino, pois o imaginário que ronda a cabeça de alguém que vê a assinatura do texto e desconhece a autoria é de que foi escrito por um homem. Para evitar essas associações, optou-se pelo tratamento no primeiro nome.

São olhares de outro campo teórico que possibilitam o entendimento do próprio fazer jornalístico.

Vale ressaltar, a partir das discussões sobre mimese, a presença do narrador e as influências de sua participação na trama. O narrar, além de tornar conhecidos acontecimentos a respeito de determinados eventos, coloca a própria experiência como parte da história. Isso não significa que toda e qualquer narrativa seja impreterivelmente construída a partir do eu, num discurso em primeira pessoa. Entretanto, ao serem mediadas por um escritor/jornalista, a subjetividade aparece refletida no produto final. Trata-se de um elo que interfere e define diretamente o resultado. As narrativas, por serem perpassadas por um capital humano, retratam as crenças e os movimentos da sociedade, seja pela escolha de termos e expressões utilizadas, seja pela forma como a história foi construída. “O ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo” (RESENDE, 2009, p. 33). O narrar é uma atividade social e, mais ainda, por também espelhar as tradições e os costumes em voga, faz da ação uma atividade cultural. Dessa forma, o desafio fixado na arte de tornar as histórias de vida narrativas é, justamente, o de não reforçar certos imaginários. O significado atribuído a tal afirmação é o mesmo que dizer que narra-se pela língua, e essa não é opaca.

Se o estatuto de uma determinada língua prevê que ela pronuncia em nome daqueles que a verbalizam, logo a língua coloca-se como um epicentro dos sujeitos. Ou melhor: nesse caso, a língua passaria a contemplar as experiências cotidianas. Para entender mais satisfatoriamente tal conceito, convém evocar novamente Bruno Souza Leal (2013), em seu texto que propõe os deslocamentos do jornalismo em face das narrativas. Segundo o autor, ao problematizar o pensamento de Bird e Dardenne, embora as narrativas tenham um vínculo com a realidade, elas são, “sob qualquer ângulo que se veja, um acontecimento posto em linguagem, organizada por sua vez, a partir de técnicas específicas, mas também regras e tradições que marcam o narrar”. Assim, dizem eles [Bird e Dardenne], “embora as notícias não sejam ficção, é uma „estória“ sobre a realidade, não a realidade em si” (1999, p. 276, apud LEAL, 2013, p. 46).

Por serem representações do mundo, as narrativas possuem sempre um texto e um contexto a que se referem. Não se encontram avulsas, tampouco podem ser compreendidas abdicando-se totalmente da observação do entorno. Elas estão acompanhadas de um mundo externo a elas mesmas. E, por essa razão, concedem várias semióticas que dizem do ambiente

em que foram criadas/lugares de enunciação e dos jornalisismos praticados hoje. Até porque, entender as narrativas como sendo parte de um eixo totalizante da realidade é desconsiderar os movimentos sociais provocados cotidianamente pelos indivíduos.

Já, no que diz respeito aos sujeitos - componentes centrais das histórias - a tarefa é de comunicar dimensões labirínticas da vida dos indivíduos. Quando se trata de uma obra que aborda vidas humanas, é necessário entender que a realidade dos indivíduos é, por sua vez, fundamentalmente complexa. Qualquer representação que utilize a linguagem como um meio está, conseqüentemente, fadada a uma sub-representação. O que não significa que todas as narrativas sejam reducionistas ou destituídas de qualidade, mas sim que não existe nenhuma linguagem que não seja limitada. E, em se tratando de vidas, é preciso levar em conta que se trata do inaudito tornando-se matéria prima de uma produção. Qualquer tentativa de transpor os sujeitos em linguagem, de mediá-los por intermédio do discurso, corre o risco de empobrecê-los.

Até este ponto, sabe-se que o narrar é um verbo que incita uma ação; mas é também, conforme proposto por Bruno Leal (2013), “um modo de compreensão do mundo, de configurar experiências e realidades, de comunicar-se com o Outro. As narrativas, portanto, encontram-se difundidas por diferentes realidades e tempos históricos, têm claramente uma dimensão antropológica e envolvem tanto uma pragmática quanto um conjunto de mediações diversas” (p. 28). Dessa forma, refletir sobre o sentido comportado e incitado pelas narrativas, carece de um olhar distintivo, sem perder de vista a dimensão relacional do narrar.

As narrativas oriundas do sujeito, por partirem do componente humano, articulam-se para tornar o mundo mais acessível aos receptores. São iniciativas que tornam possíveis outras formas de existência. O encontro dos leitores com as histórias concretiza a visão das narrativas jornalísticas como sendo momentos de partilha, em que pretende-se atingir a vida dos próprios leitores. A criatividade, a escolha de palavras precisas, a lapidação do texto, são algumas das estratégias utilizadas para afetar os destinatários. Dos artifícios utilizados pelos jornalistas está a compreensão inicial do público a que se direciona os escritos. Resende (2009) comenta que

o jornalista escreve para alguém e, necessariamente, escreve porque quer ser compreendido. O leitor, por sua vez, lê e busca por um gesto que o faça compreender o fato. Como agentes da ação, esses sujeitos não se fazem exclusivamente de um único lugar, o de locutor ou ouvinte, pois são, ao

mesmo tempo, a fala e a escuta, produtos/produtores de atos comunicativos.”
(p. 40)

A construção dos relatos pressupõe correspondentes para que as histórias recebam o *status* de narrativa, pois ela é concebida no momento de interação com o leitor. Sendo assim, o gesto de partilhar histórias promovido pelo jornalismo institui outros modos de ver o mundo. A capacidade narrativa existente no jornalismo é, portanto, transgressora do próprio fazer comunicacional. Não há fronteiras para a arte de se fazer jornalismo. Até porque as narrativas excedem, em muito, meras conformações textuais.

1.1 Saberes e práticas jornalísticas

O domínio do exercício jornalístico por muito tempo teve sua dinâmica realizada principalmente nas redações. Um espaço comum que torna o processo centralizado e dá coerência aos arranjos noticiosos por um longo período trouxe sentido à prática profissional, cujo produto era segmentado e executado por diferentes profissionais. No decorrer dos anos, a prática foi sendo atravessada por tensionamentos de inúmeras ordens, como seu papel na sociedade, a aplicabilidade das teorias e os sentidos denotados da mediação entre os dispositivos de comunicação e destinatário da notícia. Apesar das constantes mudanças na conformação do ofício, o jornalismo ainda possui um agrupamento de princípios morais, conhecimentos experienciados de diferentes maneiras e detêm um “senso de integridade e continuidade” (HALLIN, 1992, p. 14).

As crises econômicas das últimas décadas custaram caro às redações e aos profissionais. O aumento do valor necessário para manter um espaço físico superou os gastos, sendo que a publicidade - principal fonte de faturamento das organizações midiáticas - encontrou outros meios de difusão, como a televisão e, em crescente ascensão, as mídias sociais digitais. O movimento de redução de investimentos fez com que o orçamento para os veículos impressos fosse diminuído, acarretando o fechamento de publicações estabelecidas no mercado, tendo como exemplo os mais recentes: revista Cláudia, Elle Brasil, Capricho e outras de diversos segmentos do grupo Abril.

É necessário entender que jornalismo não é constituído apenas de corporações midiáticas e redações. Há uma constante “fetichização da mídia” em face do que constitui o saber. O destaque a veículos comunicacionais em detrimento de outros subjuga o valor da notícia e de seus sistemas. O Jornalismo se faz no dia-a-dia, no encontro com o Outro, na

alteridade. Como Berger exemplifica, “ao Jornalismo sempre coube o pequeno mundo de todos os dias, bem como as histórias do homem comum” (2015, p. 679), ou seja, o espaço em que é produzido é somente uma das esferas que envolvem a comunicação. O fechamento de redações, por conta da crise do modelo de negócios, faz ressurgir outras maneiras de se exercer a função social do jornalismo. Segundo Deuze e Witschge, “a redação não é necessariamente uma entidade sólida ou coerente no jornalismo pós-industrial de hoje e, por isso, defenderemos que o campo precisa desestabilizar as tradicionais conceituações sobre as organizações de notícias” (2015, p. 3). A falta de estabilidade do campo reivindica a necessidade de alargar as fronteiras e desenvolver a prática de resiliência. São nas adversidades e na reinvenção de seus modelos e signos que o jornalismo se sobressai.

O jornalismo engessado, de profissionais cativos de redações não vislumbra a miríade de possibilidades da prática, somente realiza concessões. Migrar para as mídias digitais, tentar desvincular do espaço físico com a criação de versões *on-line* de jornais tradicionais, é uma maneira de fragmentar a produção, porém, cria uma série de impasses envolvendo a sobrecarga e acúmulo de trabalho para somente um profissional. O jornalismo se faz nas ruas, no contato com o outro dentro de nós. Assim, é possível enxergar além, pois “o estrangeiro está em nós. E quando fugimos ou combatemos o estrangeiro, lutamos contra o nosso próprio inconsciente – este impróprio do nosso próprio impossível.” (KRISTEVA, 1994, p. 201). Os meios são somente a ferramenta utilizada para que o conteúdo se propague e conceba significações distintas.

Corporações midiáticas se tornaram uma indústria, não somente “guardiã de poderes”, mas um empreendimento que, por um longo tempo, conferiu prestígio aos seus donos. Com os questionamentos acerca de “quem” ou “o que” o jornalismo ressalta, há outros jornalisismos sendo mobilizados que focam nas narrativas cotidianas, mundanas e nos desassossegados, como nominado por Medina (2003). Segundo ela, “a construção social dos sentidos acontece na rua, no cotidiano e na oratura cujas marcas de estilo revelam a poesia dos cantadores anônimos” (p. 1).

Por mais que haja considerações metodológicas acerca do exercício da profissão, elas ainda estão começando a desvincular a reflexão voltada para o contexto das redações e desbravando novas conjunções. As formas comunicacionais mais recentes não se baseiam somente em estruturas estáticas e técnicas de hierarquização de conteúdo. A restrição dos espaços dá lugar a novos ambientes e formatos, como os permitidos pelo ambiente digital. Os

lugares instituídos são cambiantes, ora com atores sociais assumindo a posição de portadores da notícia, ora com cidadãos/ãs concebendo seus próprios produtos jornalísticos.

É no cenário de adversidades que o jornalismo precisa se aproveitar das potências narrativas. A introdução de novos gêneros e formatos é imprescindível para subverter práticas cristalizadas e pouco afeitas às mudanças. A recessão dos modelos tradicionais reflete um momento de crise da identidade enfrentada pelos veículos, dos valores instituídos e, principalmente, a crise financeira. A internet traz a instantaneidade, porém a confiabilidade é subjugada em detrimento da alta produção e disseminação de notícias falsas. Segundo Medina,

os desafios são mais grandiosos do que as racionalizações. Sempre alguma coisa escapa à cartografia apreendida, gramaticalizada. É claro, quando o produtor cultural se fecha nos meios assim disciplinados - o caso das redações jornalísticas, com seus princípios definidos, seus manuais estruturados -, dificilmente o mediador dos sentidos da contemporaneidade decola para a poética da criação (nem mesmo graduado e pós-graduado). Esse profissional executa um processo simbólico sob a batuta das ideologias do momento e, sob aqueles paradigmas que lhe convêm para demonstrar a tese pré-conceituada e preconceituosa. (2003, p. 3)

Pensar sobre as estruturas e concluir que a mediação jornalística precisa ser reinventada não é um exercício que suprime os alicerces que instituíram os saberes da profissão. É pensar novas formas de disseminar a informação em mídias diversas, pensando nos sujeitos da narrativa, no fato ocorrido, no território da ação, no momento e causa do acontecimento. É preciso transfigurar as linhas que demarcam o que é ou não é jornalismo, pois somente assim pode-se enxergar novas formas de construí-lo.

1.2 Novas formas de se fazer jornalismo

Relatar um acontecimento, segundo Muniz Sodré (2006), não teria força para convencer ou comover ninguém, pois “as nossas vivências autênticas não são de modo algum eloquentes. Não podemos comunicá-las mesmo se o quiséssemos. É que lhes faltam palavras” (p. 18 e 19). A dimensão demonstrada pelo relato pode não ser disposta de modo cartesiano, configurando uma verdade irrestrita dos fatos enunciados. Dar conta de toda a narrativa está fadado ao fracasso, pois edições são realizadas quase que instantaneamente pelos atores envolvidos na trama.

Sobre o papel do jornalista, é fundamental a capacidade de descobrir novas narrativas e ser um bom ouvinte. A escuta é uma prática que necessita ser quase que instintiva ao entrar em contato com uma história. A todo momento somos afetados por terceiros, pelo contato com o próximo, mas é necessário se permitir praticar a empatia, a disposição de se colocar no lugar do Outro.

O contato com o Outro pode ocasionar sofrimento, que é uma dor que precisa ser compartilhada. Aristóteles designava esse afeto como *to pathos*, que abrange a “impressão moral ou física causada por ideias, pessoas e coisas. [...] latinos a traduziram como *passio* (de patior, sofrer) para sublinhar o que o homem “sofre”: a passividade vitimizada de sua experiência.” (SODRÉ, 2006 p. 27). A passividade exprime a irremediável inércia originada pelo encontro com o Outro, em que a afetação é realizada sinergicamente. Não há encontros sem afetos, pois somos seres múltiplos e complexos, compostos de “corpos diversos, cada um dos quais, por sua vez, implica outras composições.” (SODRÉ, 2006, p. 23)

Ouvir a história do personagem e estrutura-la é um exercício doloroso de entrega. O jornalista estabelece confiança com a fonte, em que ambos estão absorvidos em suas subjetividades e há partilha de perspectivas. Transformar o relato em uma peça é, como diria Caio Fernando Abreu no posfácio de *Morangos Mofados* (2015), trabalhoso. Sendo assim, o jornalista pode ser um desbravador de histórias; criatura e criador do mundo. Ele diz:

isso é escrever. Tira sangue com as unhas. E não importa a forma, não importa a “função social”, nem nada, não importa que, a princípio, seja apenas uma espécie de auto exorcismo. Mas tem que sangrar a-bun-dan-temen-te. Você não está com medo dessa entrega? Porque dói, dói, dói. É de uma solidão assustadora (p. 216).

Na contramão das notícias instantâneas e do *hard news*, as narrativas cotidianas vêm ganhando visibilidade. Evidenciado por Medina, esse processo é necessário para voltar às origens, pois “os ambientes fechados, tal qual um hospital, padecem da falta de circulação de ideias, tomam-se focos de infecção ideológica. Para oxigenar a pauta viciada, nada melhor do que ir à rua. Dos convivas do cotidiano podem surgir vetores de renovação na atmosfera claustrofóbica de uma redação”. (2003, p. 3) O processo de subjetivação da comunicação necessita que o interlocutor faça parte do processo e aja como agente de sentidos, preenchendo os “vazios” do texto.

A objetividade também perpassa os processos subjetivos. Ser objetivo não é proporcional a neutralizar a criatividade. A relação entre dois pólos, a realidade social e

realidade midiática é vital para o saber jornalístico. Nesse sentido, Vera França (2003) aponta a comunicação como sendo um processo relacional entre interlocutores, meios, discursos. Ela enxerga uma necessidade de se abandonar esse “processo recortado e restrito, para ser tomada como lugar de constituição dos fenômenos sociais, atividade organizante da subjetividade dos homens e da objetividade do mundo” (p. 39). Desse modo, os sentidos elencados pelo uso e produção da linguagem estabelecem compreensões sobre algo referente a dimensão objetiva, social e subjetiva, sendo constituídos também de maneira emocional e afetiva, não somente de maneira racional.

Outro ponto a ser destacado é a mutabilidade dos relatos, pois a cada momento as pessoas são atravessadas por sentidos diversos e ressignificações dos fatos que ocorreram a partir das memórias e sentidos denotados pela ótica presente. No momento em que há o processo de escuta do Outro, há uma ressignificação a partir da perspectiva do ouvinte, que

se usarmos a metáfora da moldura para entender o enquadre, ser com o outro, estar com o outro em relação, é, ao mesmo tempo, estruturá-lo sob minhas expectativas, meus esquemas cognitivos, sob as lógicas de organização e hierarquização do mundo próprias das minhas referências culturais e não das dele. A interposição do quadro me dá, então, uma percepção seletiva do outro que, muitas vezes não condiz com o seu lugar no mundo. (DIONÍZIO, 2011, p. 27)

Parafraseando Caio Fernando de Abreu, “quando um homem chega à beira do precipício, pode pensar em duas opções. Pode pular, ou sentar e apreciar a paisagem. Alguns homens, além dessas duas opções, imaginam uma terceira: criar pontes” (FOLHA DE LONDRINA, 2018). Nesse momento de instabilidades sociais e políticas há urgência em fazer com que o jornalismo volte a ser ponte, a união entre sua visceralidade e potência agenciadora. Retomar a dimensão relacional presente na narrativa jornalística pode ser um caminho.

2. POTENCIALIDADES DA EXPERIÊNCIA E DA MEMÓRIA

Nós temos o passado mobilizado como uma força identitária de um grupo no caminho das mulheres, negros, gays, lésbicas e muitos outros grupos reconstruídos e reconstituídos em um grupo identitário

Michael Schudson, 2014, p. 86, tradução nossa

O autor John Dewey (2010), em estudo voltado à arte, denomina o conjunto de sensações e emoções impulsionadas ao presenciar manifestações artísticas como experiências. “Em uma experiência, o fluxo vai de algo para algo. À medida que uma parte leva a outra e que uma parte dá continuidade ao que veio antes, cada uma ganha distinção de si. O todo duradouro se diversifica em fases sucessivas, que são ênfases de suas cores variadas”, (2010, p. 111). Nesse sentido, o autor abstrai o conceito de experiência e exemplifica:

uma pedra que rola o morro abaixo tem uma experiência. Trata-se de uma atividade “prática” - A pedra parte de algum lugar e se move, com a consistência permitida pelas circunstâncias, para um lugar e um estado em que ficará em repouso - em direção a um fim. Acrescentemos a esses dados externos, à guisa de imaginação, a ideia de que a pedra anseia pelo resultado final; de que se interessa pelas coisas que encontra no caminho, pelas condições que aceleram e retardam seu avanço, com respeito à influência delas no final; de que age e se sente em relação a elas conforme a função de obstáculos ou auxílio que lhes atribui; e de que a chegada final ao repouso se relaciona com tudo o que veio antes, como a culminação de um movimento contínuo. Nesse caso, a pedra teria uma experiência, e uma experiência com qualidade estética. (2010, p. 116)

A experiência é receptiva. Para que haja uma vivência plena e assimilação da sua potência, é necessária a entrega, que pode mobilizar os sentidos de maneira intensa. A compreensão só acontece quando há uma conexão real entre aquele/a que observa a obra e seu/sua criador/a. As emoções precisam ser equiparadas àquelas sentidas no momento de concepção do produto, mas não necessariamente precisam ser idênticas. Portanto, a obra parte de uma organização consciente de signos empreendidos pelo/a autor/a, a qual precisa ser reestabelecida para configurar a experiência. Pois, “sem um ato de recriação, o objeto não é percebido como uma obra [...]. O artista escolheu, simplificou, esclareceu, abreviou e condensou a obra de acordo com seu interesse. Aquele que olha deve passar por essas operações, de acordo com seu ponto de vista e seu interesse” (DEWEY, 2010, p. 137).

O acionamento das emoções é um aspecto central para o tópico da experiência. Porém, certos atos, como o susto ou enrubescimento ao sentir vergonha, como exemplificado por

John, não são estados afetivos. Nesse caso, eles são reflexos automáticos. Para que se tornem emoções, é necessário que façam parte de “uma situação inclusiva e duradoura que envolva o interesse pelos objetos e seus desfechos.” (DEWEY, 2010, p. 120). As emoções são reunidas e desmembradas ao mesmo tempo em que se assiste a uma peça de teatro, uma apresentação musical/audiovisual ou acompanha uma mostra fotográfica. As emoções não são desvinculadas da experiência, que constitui um processo afetivo. A experiência precisa ser concebida a partir da “interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo em que ela vive” (DEWEY, 2010, p. 122). Para acionar os sentimentos, é necessário o conhecimento sobre a dimensão dos sentidos e ações atreladas a eles.

Entender o fluxo da experiência é entender que sua relação é paradoxal, sendo o tempo um fator crucial para sua realização. Enquanto a pressa confunde os fundamentos e não torna o sujeito capaz de vivenciar a experiência, a demora também suprime o conhecimento, pois sua nutrição é cessada. “Vivenciar a experiência, como respirar, é um ritmo de absorções e expulsões. Sua sucessão é pontuada e transformada em um ritmo pela existência de intervalos, períodos em que uma fase é cessada e uma outra é inicial e preparatória” (DEWEY, 2010, p. 139). Desta maneira, a experiência também depende de inúmeros fatores, externos e subjetivos, para se caracterizar nas existências dos sujeitos e, portanto, nunca será a mesma.

No jornalismo, o papel de criar, selecionar, traduzir, a partir de histórias previamente experienciadas pelos atores e locutores da trama, é, centralmente, do jornalista (em que pese a possível participação das fontes/personagens, além dos aspectos mercadológicos em jogo). O jornalista, nesse contato, é autor e produtor da história que será moldada junto com a fonte, que traz consigo o produto bruto que será lapidado. John busca compreender e entregar os sentidos mobilizados pelas vivências subjetivas para colocá-los na obra, que é a história oralizada. O/a artista (a concepção também pode ser aplicada aos jornalistas) é aquele que consegue traduzir, com base em abstrações, sua sensibilidade. É ele/a quem coloca a alma e a energia que vai mobilizar àqueles que se conectarem à obra. O criador não dá somente forma à criatura, mas transforma os seus sentidos em matéria prima. É esse material que chega até o Outro, o receptor.

Toda experiência estética também é temporal. Ela possui uma trajetória a percorrer, com início, meio e fim demarcados. Contudo, é no fim do fluxo da experiência que o raciocínio sobre o percurso é efetivado. Com isso,

a experiência como a de ver uma tempestade atingir seu auge e diminuir gradativamente, é de um movimento contínuo dos temas. Assim como no oceano durante a borrasca, há uma série de ondas, sugestões que se estendem e se quebram com estrondo, ou que são levadas adiante por uma onda cooperativa. Quando se chega a uma conclusão, ela é a de um movimento de antecipação e acumulação, um movimento que finalmente se conclui. A “conclusão” não é uma coisa distinta e independente; é a consumação de um movimento. (DEWEY, 2010, p. 113)

Encaminhando-se no seu fluxo, a experiência mobiliza os sujeitos. A experiência engaja ao transmitir a sensibilidade e um conjunto de signos para unir os corpos e trazê-los para os mais variados contextos.

2.1 Gotas de memória no regime da escrita

A profusão dos fatos cotidianos alude a um tempo cada vez mais distendido. A sensação vislumbrada nos dias atuais é de que o tempo é cada vez mais arredo, mais diminuto. Diante dos inúmeros eventos que ocorrem diariamente, a ordem tecnológica vigente controla a duração do efeito gerado pelos acontecimentos. Afinal, qual é a estimativa de duração de tais acontecimentos? Ou melhor, se as histórias no jornalismo possuem uma finalidade, então, o que são feitas das histórias logo após elas atingirem suas razões de existir?

Nesse sentido, as narrativas jornalísticas possuem em si mesmas uma vida útil. São escritas para pulsar afetos. Avivar nos interlocutores diferentes graus de empatia e informação. Por tal motivo, pode-se dizer que o momento posterior ao contato com as narrativas é o ápice da prática comunicativa, como, inclusive, já apresentado na discussão sobre a configuração da narrativa em Paul Ricoeur. Isso significa que o período subsequente à leitura⁴ do produto jornalístico é determinante para descolar essa visão presentista que ronda os acontecimentos.

Além das emoções envolvidas nos atos comunicativos, a memória em relação às experiências narradas é outro ponto que precisa e merece ser retratado. Nos textos jornalísticos, sobretudo aqueles embasados no testemunho, a memória é uma questão cada vez mais emergente. O papel fundamental e até mesmo medular do jornalismo na questão da memória diz respeito ao anúncio para problemáticas que possuem suas origens atreladas a outras teias de significação. E essas nos conduzem a evocar tempos e memórias sobre eventos passados, mas que estão de alguma forma ancorados no presente.

A teia de ramificações que o jornalismo engendra pode criar um espaço para a proliferação de debates, justamente pelo fato de que o trabalho de memória feito pelos jornalistas institui zonas de diálogo na sociedade. Marta Maia e Michele Tavares (2017) enxergam o jornalismo em face da memória como uma relação mutualística. Para elas, “o jornalismo precisa do trabalho de memória para contextualizar o recontar de eventos públicos, ao passo que a memória precisa do jornalismo para fornecer um „rascunho público“ dos acontecimentos” (p. 82).

Quando se escreve algo, a memória se encurta e o risco de que as histórias sobre os tempos corredios se percam em meio a relatos orais e com possibilidade de apagamento, diminui. No caso das narrativas, a memória funciona como um portal imersivo para outras épocas. Ela não é meramente responsável por “ativar as emoções estocadas, mas ela também pode ser altamente evocativa (HARIMAN; LUCAITES, 2014, p. 136, *tradução nossa*).

A memória “permite ao indivíduo remontar-se no tempo” (MAIA, TAVARES, 2017, p. 81). Mais que um dispositivo de armazenamento social, ela pode ser compreendida como uma força motriz. Ou, como Aleida Assmann (2011) conceitua: *vis* - potência. Ainda nas considerações da autora, “a palavra „potência“ indica, nesse caso, que a memória não deve ser compreendida como um recipiente protetor, mas como uma força imanente, como uma energia com leis próprias. Essa energia pode dificultar a recuperação da informação - como no caso do esquecimento - ou bloqueá-la - como no caso da repressão” (2011, p. 34). Em função disso, cultivar memórias se torna indispensável para os regimes de escrita do jornalismo; porque complexifica os eventos e aponta para novas concepções de mundo.

No limiar das questões que regem a memória, pode-se dizer que há pelo menos dois enquadramentos recorrentes: pensá-la pelas lembranças ou pelo esquecimento. No primeiro caso, as ocorrências apontam para um esforço maior por parte dos autores em conceituar memória mediante esse viés. Aleida entende que a lembrança “não está guardada em um repositório seguro, e sim sujeita a um processo de transformação” (p. 34).

Conforme colocado por Joël Cadau (2012), “a memória também é esquecível. Ela é o conjunto dos vestígios descontínuos do passado que nós reconfiguramos no presente para nos projetarmos em direção ao futuro, e essa descontinuidade implica o esquecimento” (p. 857 e 858). Visto que os fragmentos de mundo estão à disposição das inúmeras formas de reconstrução do passado, a memória seria, nessa visada, um elemento não estático. Por

⁴ Utiliza-se a palavra leitura, porém há o entendimento de que é uma ação irrestrita apenas à linguagem textual.

consequência, o cérebro não necessita responder integralmente aos fatos, armazenando-os por completo. Pelo contrário, como se trata de um processo que revisita os acontecimentos, as variadas porções de memória, quando acionadas, reciclam os fatos a fim de atualizá-los. Pode-se dizer que a memória é volátil e suscetível a alterações. E, como exposto por Joël, a memória humana “nunca é uma restituição idêntica dos acontecimentos rememorados, mas uma reconstrução. Em alguns casos, essa reconstrução pode ir até a invenção, com efeitos sociais extremamente graves” (2012, p. 861).

Dessa forma, ao articular a forma como as memórias se inscrevem nos contextos sociais, Joël sustenta a noção de que existe um mosaico delas. Assim, ao interagir com o meio, cada indivíduo possui alguma relação com os grupos e sujeitos em derredor e cria a partir daí experiências compartilhadas. Para o autor, “em toda sociedade, cada indivíduo participa de uma política da memória porque ele carrega e colore certas representações do passado do grupo ao qual ele pertence” (2012, p. 848).

Em se tratando das lembranças, Maurice Halbwachs (1990) discorre acerca da memória coletiva. Ele argumenta que as lembranças aparecem principalmente porque são rememoradas por um grupo/indivíduo. Portanto, a princípio “a duração de uma tal memória era então limitada pela força das coisas, na duração do grupo (p. 30)”. Ainda sobre as experiências de convívio social, ele complementa:

no primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele (p. 45)

Pensar a memória como um eco, uma possibilidade de compreender outros contextos, é significativo para este trabalho. Como se trata da construção de uma história, um outro modo de entrar em contato com as narrativas se inaugura, possibilitando uma visão do jornalismo que escapa da lógica presentista anteriormente mencionada. As parcelas de lembrança que acometem esses corpos permitem que seja construída uma reportagem multimídia com brechas para trocas, permanências e atualizações da memória. Assim sendo, é plausível conceber as corporalidades presentes em cena como artefatos de um museu vivo e que respira o passado, o presente e prolifera histórias no futuro. No caso, as vidas são os objetos valiosos do museu e o jornalismo, a moldura que direciona os olhares.

Sobre os atos performativos evocados em cena, a memória aparece transitoriamente. Ela interage com a fugacidade do presente e se evapora no ambiente. A preocupação em materializar a memória através de algum suporte acontece porque os apetrechos materiais possibilitam maior permanência e, com isso, aumentam-se as chances de inscrição dessa memória nas gerações seguintes.

Sendo assim, apesar de breves, as gotas de memória incorporadas na reportagem asseguram a necessidade de se discutir essas temporalidades dentro do produto. No que diz respeito a utilização da memória no contexto da reportagem, elas são retomadas, entre outros fins, como uma forma de abordar o passado traumático de quem esteve historicamente à margem, a fim de se evitar novas opressões.

3. REPERTÓRIO DE IDENTIDADES PARA SUJEITOS CAMBIANTES

Não pertencer: a um lugar, a um partido, a um grupo fechado. A impermanência como modo de ser; mutação, mobilidade. Manu Chao, cantor e compositor de música pop [...] Desenraizado, desterritorializado, vagando pelo planeta sem amarras fortes, sem causas fixas, hesitando entre diferentes identidades, o que implica que não haja uma identidade dura, estável (a identidade parece não ser mais um valor permanente): ser cidadão do mundo implica a negação do território identitário limitado e a afirmação de uma multiplicidade de identidades que se renovam continuamente.

Lúcia M. B. de Oliveira, 2017, p. 72 e 73

A constituição dos traços morais dos sujeitos tende a ser percebida como uma propriedade de caráter imutável. Apesar dos atributos de personalidade serem uma construção progressiva, há uma falsa concepção de que a natureza moral das pessoas é impenetrável. É por isso que os esforços para descrever uma vida se concentram na utilização de verbos estáticos, como o verbo “é”, ao invés de se utilizar “está sendo”.

Como as coisas se modificam o tempo todo pela experiência e ação dos agentes, a vida não pode ser apreendida como uma filosofia fixa, mas como um movimento que provoca a experimentação de várias outras existências. Quando os sujeitos se encontram ou são colocados em contato com situações das quais não estão acostumados, por exemplo, aumenta-se a probabilidade dos corpos transmutarem. Os cheiros dos lugares, os sons emitidos pelo atrito, as situações que nos deparamos cotidianamente vão se infiltrando em nossos corpos e moldando o nosso ser.

Todas essas sensações captadas ao longo da vida permanecem conosco até que optamos - voluntária e/ou involuntariamente - por dar lugar a novas experiências. E assim, trocar de pele e recomeçar. Como certos anfíbios, abandonamos a camada que nos cobria para crescer. Crescer é, neste raciocínio, a expansão do ser; a premissa para adotar novas condutas e se permitir ser tantos Outros. Manuel Castells retratou em *O poder da Identidade* (1999), o conjunto de valores acumulados ao longo da vida. Ele entende a questão da identidade como sendo “a fonte de significado e experiência de um povo” (p. 22). Ele acrescenta ainda que identidade é “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados [...] Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas” (p. 22). O ponto de vista de uma única identidade se perde, já que “os indivíduos não podem mais ser

enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos” (AVELAR, 2012, p. 71).

Tal qual foi colocado por Manuel, há inúmeras identidades em disputa, por isso é inconcebível pensar a identidade no singular, como algo puro, genuinamente intrínseco dos seres. Desse modo, o autor desconsidera a ideia de essência humana como um referente invariável, mas sim como um projeto constantemente (re)atualizado. Ele diz que “do ponto de vista da teoria social, nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, per se, valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto histórico” (1999, p. 24).

A questão da pluralidade de identidades, por mais que traduza o modo como esse conceito opera socialmente, pode, segundo Manuel, ser confundido com a noção de papel social. À vista disso, é preciso reafirmar as diferenças entre as duas coisas, já que o último ponto está inclinado à ideia de posturas assumidas em similaridade com a ocupação dos indivíduos. “Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções” (p. 23). A exemplo de papéis sociais, o autor cita o trabalhador, pai, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete etc.

Quanto à construção social da identidade, Manuel afirma que ela é assentada com base nas relações de poder e cita três possibilidades de ocorrência: *Identidade legitimadora*, instituída pelas instituições dominantes da sociedade com foco na manutenção do estado social; *Identidade de resistência*, estimulada por atores sociais que contrapõe-se à lógica dominante; e *Identidade de projeto*, que propõe novas formas identitárias com o intuito de alterar as estruturas. Quanto à esse ponto, não será averiguada, especificamente, as propriedades de cada uma delas, mas sim considerar que há um enredo mais profundo por trás da concepção de identidade. Tão profundo que os processos identitários podem vir a ser movimentos de transformação estrutural. Como posto pelo autor em destaque:

a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido de transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade, como no exemplo mencionado anteriormente de sociedade pós-patriarcal, resultando na liberação das mulheres, dos homens e das crianças por meio da realização da identidade das mulheres. (CASTELLS, 1999, p. 26)

Em razão disso, deve-se considerar que apesar de aparentar ser um tópico individual, a identidade encontra uma potência para intervir em sistemas sociais - como o patriarcado - caso mencionado na passagem anterior. Nessas disputas, Manuel frisa que o corpo humano é o palco/campo que sedia essa batalha. “Porém, ao assumir o corpo como princípio de identidade, longe das instituições do patriarcalismo, a multiplicidade de expressões sexuais capacita o indivíduo para a árdua (re)construção de sua personalidade” (p. 275). Então, o corpo é uma massa que se molda a depender dos lugares, sistemas reguladores (público/privado), instituições dominantes e, o contrário disso, as formas que os corpos adquirem também são responsáveis por remodelar todo o sistema.

Sobre o corpo e as marcas que ele carrega, nota-se uma busca pela individualização do eu. Essa separação do eu ante o Outro/s é sucedida com o nome próprio, que é inerente a todos os sujeitos. O nome é colocado por Alexandre de Sá Avelar (2012) como sendo “o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade das suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais” (BOURDIEU, p. 187 apud AVELAR, Alexandre de Sá, 2012, p. 72). Para dialogar com tal teoria, vale a definição seguinte: “não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida” (CALHOUN, apud CASTELLS, 1999, p. 22).

O caminho percorrido para se auto afirmar no mundo percorre limites bem demarcados para que se alcance uma imagem própria, ausente de semelhantes. Exceto quanto os semelhantes partilham dos mesmos pontos de vista, constituindo uma tribo. No caso das tribos, há certos signos compartilhados e que atuam na definição deste ou daquele grupo. Os signos podem ser: o dialeto utilizado, os lugares frequentados, as referências absorvidas, o modo de vestir e se portar, entre outros. Todos esses pormenores, além de externalizar os modos de pensar, agir e enxergar o mundo, contribuem para a imagem colocada na vida pública.

A expressão de tais visões pode ser observada nas pistas transmitidas para o coletivo, mesmo que elas não sejam completamente definidoras. É importante olhar para elas como marcas corpóreas que reconstituem os pensamentos e gostos dos indivíduos. Quase como a materialidade de tais predileções ganhando forma através do corpo. Os adornos carregados pelos sujeitos também são códigos legitimadores de uma autenticidade pretendida e figuram-

se por meio de tatuagens, brincos, piercings, bifurcações na pele, cortes e colorações no cabelo etc. Todos esses símbolos codificam-se em objetos parciais dos sujeitos, uma espécie de “extensão do eu”.

Diante de toda a carga teórica envolvida na questão da identidade, há algumas tentativas de abarcar a vida dos sujeitos pela escrita. Alexandre de Sá diz, ao evocar outro pensador, que “escrever a vida segue sendo uma esfera inacessível e, sem dúvida, segue impulsionando o desejo de narrar, de compreender” (DOSSE, 2007, p. 15 apud AVELAR, 2012, p. 65). Por isso, ele aponta que “a narrativa biográfica supõe uma modalidade de escrita da história profundamente imbricada nas subjetividades, nos afetos, nos modos de ver, perceber e sentir o outro” (p. 75). Dado que é impossível abranger todo o mundo dos seres, torna-se impossível conhecer e mediar pela escrita todas as ramificações dos sujeitos, pois há sempre lados da pessoa da qual não temos acesso. Do mesmo modo, há sempre outras superfícies de nós mesmos que desconhecemos.

Outro fator que dificulta a escrita dos sujeitos é que o “enredo de uma vida não é, entretanto, uma trajetória retilínea em direção a um fim determinado que já se manifesta desde os momentos mais remotos da infância do personagem” (BOURDIEU, p. 187 apud AVELAR, 2012, p. 72). Os diferentes passados embaralham a narrativa, pois não estão entregues de maneira cartesiana. Ainda assim, o esforço do jornalismo em captar esse mundo do indivíduo pelo gesto da memória e subjetividade é um exercício contrário à prática da sub-representação. Já que é comum notar que “a forma como a vida cotidiana se apresenta na mídia, por exemplo, guarda as marcas das disjunções sociais. Neste sentido, o cotidiano é o espaço por excelência das fragmentações, dos atos não concretizados de acordo com as tensões entre o espaço público e o campo jornalístico” (PEREIRA, 2019, p. 68).

3.1 Descréditos dos Estigmas

A identidade dos sujeitos, segundo o autor Erving Goffman (1988), consiste nos primeiros aspectos que permitem realizar uma previsão sobre a categoria e atributos dos indivíduos. Ao serem instituídas categorias, cria-se o diferente, o estranho. Os grupos hegemônicos identificam semelhanças e, a partir delas, inserem os corpos que não se enquadram nessa equivalência de padrão, criando assim, estigmas. Erving menciona três tipos de estigma:

em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo⁵, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1988, p. 7)

A problemática do estigma aponta para as discriminações sofridas pelas pessoas estigmatizadas. As chances de vida de sujeitos que são inseridos em um estigma diminuem, pois são criadas noções de que seus corpos, desejos, afetos são inferiores ou representam perigo aos demais. O discurso opressor institucionaliza sentidos que aniquilam a subjetividade e as possibilidades de ascensão social dos estigmatizados. Ainda, o uso da linguagem é uma das formas de frisar a não adequação dos indivíduos, como termos pejorativos como “viado”, “bicha”, “traveco”, “sapatão” e tantos outros que inferiorizam a natureza de gênero ou sexual do destinatário do insulto. Os xingamentos caracterizam-se como ofensas à liberdade de gênero e sexual dos indivíduos, e fazem parte de tabus condicionados socialmente. Assim, aquele que carrega o estigma para de ser considerado uma “criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída [...] algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (GOFFMAN, 1963, p. 6).

A configuração dos estigmas é constituída culturalmente. A condição do estigmatizado é incoerente com o sistema vigente, pois socialmente ele é membro de um grupo por apresentar similaridades com os pares. Mas, concomitantemente, ele também possui diferenças inegáveis ao mesmo grupo. Dessa maneira, o estigma somente surge quando há uma expectativa social de que o indivíduo se adeque a comunidade e cumpra o que está prevista na norma vigente. Portanto, em uma sociedade cujo padrão hegemônico é branco, heterossexual, cisgênero, todo ser que escapa ao paradigma é enquadrado no estigma. Além disso, os costumes religiosos, burgueses e patriarcais ainda vislumbram os corpos como entidades que precisam ser apartadas do pecado e que funcionam como instrumento de reprodução, seja para perpetuar a mão de obra ou para regular os corpos.

⁵ Termo utilizado de modo inapropriado pelo autor, por conta do sufixo ismo, que remete à doença.

O ideário de existência de um ser humano “exemplar” e “normal” fez e ainda faz parte do discurso médico, científico, midiático, legal e religioso. Na Alemanha nazista, por exemplo, a concepção de que a raça ariana seria pura, levou ao antissemitismo e racismo científico. A homoafetividade⁶, por anos, foi considerada uma patologia e, em alguns países, ainda é criminalizada. A transgeneridade foi retirada, após 28 anos, da classificação de transtornos mentais pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e deixou de ser considerada uma patologia pelo órgão. Dessa maneira, os fatos demonstram alguns exemplos em que as instituições e saberes corroboraram para a exclusão de indivíduos e para a manutenção dos estigmas.

Os “desvios” da norma de gênero deixaram de ser considerados como patologia recentemente. A definição mais recente, realizada pela OMS, apresenta novas definições para tratar a transgeneridade. O sufixo “ismo”, utilizado para atribuir a condição de patologia foi substituído pelo “dade” ou “geridade”, tornando assim o termo transgeneridade o conceito hegemônico para intitular tais sujeitos. Antes percebida no documento - no capítulo sobre problemas mentais - como “distúrbio de identidade de gênero”, agora passou a ser denominada “incongruência de gênero” e integra o novo capítulo destinado às condições relacionadas à saúde sexual. Porém, apesar dos avanços, ainda é necessário traçar um longo projeto para que sejam percebidas mudanças em outros níveis estruturais.

O jornalismo é uma ferramenta que pode auxiliar no processo de ampliação dos espaços para os corpos dissidentes. Com viés na subjetividade dos sujeitos, o campo é capaz de ir contra a objetivação, como mecanismo capaz de abalar as normas de gênero, etnia, classe econômica e outras opressões que permeiam os exercícios da produção noticiosa. A subjetividade não vai ao encontro da objetividade, apesar da última comumente sobressair à primeira no exercício cotidiano. O fazer subjetivo possui como missão tensionar os estigmas presentes nas

posições de classe, gênero, geográficas, raciais e grupais dos jornalistas e daqueles que por estes são enquadrados; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo, pelo machismo e pelo racismo); na procura de um olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na fissura de representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do

⁶ Utiliza-se o termo homoafetividade pelo assentimento de que se trata de inúmeros afetos - positivos, negativos, neutros - mobilizados. O termo eleito substitui „homossexualidade“, que não supre as necessidades de englobar toda a complexidade que reveste a questão, já que o último conceito refere-se apenas a questão sexual.

próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular e/ou exotificante. (MORAES, 2019, p. 14)

Portanto, as narrativas plurais podem frear a produção de visões opressoras, como o machismo, racismo e LGBTfobia⁷. Deixar os processos subjetivos nebulosos corrobora para a exclusão de narrativas sobre corpos desviantes, construção simbólica do Outro e ainda perpetua “tramas complexas das produções simbólicas criadoras de representações mais afeitas aos estereótipos e preconceitos em relação a parcelas historicamente excluídas” (MORAES, 2019, p. 17). Não se atentar às subjetividades é um dos fatores que leva o corpo travesti, por exemplo, estampar manchetes de violência nos tabloides sensacionalistas. Nas matérias, corpos travestis e transgêneros mortos são vetados à humanidade e tem sua dignidade subjugada pois, muitas vezes, nem possuem o direito ao nome nas páginas dos veículos. A cultura da objetividade pode também ter levado ao estabelecimento de padrões de representação canônicos. No entanto, a urgência pela produção subjetiva cria a necessidade de uma subjetividade histórico-social, cuja criação de pautas é “produtora de formas culturais ativas, criadoras, baseada na potência de sujeitos de ação, identificada com eles” (OLIVEIRA, 2006, p. 172).

O critério de objetividade, com o passar dos tempos, tornou-se uma incessante busca pelo exótico, espetacular. Porém, a utilização da imagem e representação de indivíduos em posição de vulnerabilidade social, coopera para manter os estigmas sobre grupos sociais determinados. Como solução à exploração da imagem de sujeitos apenas como forma de forjar um jornalismo subjetivo, o ensaísta francês George Perec propõe a utilização de um método denominado *infra ordinário*. Em um texto, ele discorre sobre os critérios de noticiabilidade:

o que nos fala, ao que me parece, é sempre o acontecimento, o insólito, o extraordinário: cinco colunas na primeira página, largas manchetes. Os trens só começam a existir quando descarrilam, e quanto maior é o número de viajantes mortos, mais eles existem; os aviões só ganham existência quando se perdem; os carros têm por único destino chocar-se contra os plátanos: cinquenta e dois finais de semana por ano, cinquenta e duas estatísticas: muitos mortos, e tanto melhor para a informação se os números não param de crescer! É preciso que haja por detrás do acontecimento um escândalo, uma fissura, um perigo, como se a vida só devesse se revelar através do espetacular, como se o eloquente, o significativo fosse sempre anormal: cataclismos naturais ou reviravoltas históricas, conflitos sociais, escândalos políticos [...] (PEREC, 2010, p. 13 apud MORAES, 2019, p. 15).

⁷ Apesar de haver discrepâncias conceituais, utiliza-se o termo para representar a aversão que ocorre aos pertencentes à sigla;

Nesse sentido, muitas vezes corpos LGBTQIA+ aparecem nas páginas dos jornais para demarcar o desviante - o sujeito cujo desejo levou ao próprio aniquilamento e que a identidade de gênero e/ou sexualidade conduziram a tais caminhos. Portanto, a visão lançada sobre as relações com os sujeitos que fogem à norma de gênero ainda é de colonizador. Não se enxerga um corpo comum, ordinário, que possui direito a uma narrativa e um lugar de fala sobre assuntos banais e corriqueiros. A cultura subjetiva diz, assim, de um local de confronto com a mesmice, o *lead* pronto que pode facilmente ser reproduzido por um algoritmo produzido na era da inteligência artificial. Portanto, a subjetividade é a chamada para um levante que abale as organizações conservadoras para criar novas formas de fazer e exercer jornalismo.

acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. É no nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. (DELEUZE, 1992, p. 218 apud OLIVEIRA, 2006, p. 179).

4. VESTIR-SE DE AFETOS

Reportagem não se faz apenas sujando os sapatos, como tantos já disseram. Reportagem exige um primeiro movimento radical: atravessar a larga rua de si mesmo. Esse talvez seja o ato mais profundo e também o mais difícil. Não exige apenas suor, exige alteridade.

Eliane Brum, 2017, p. 364

Não haveria outra forma de começar este tópico conceitual a não ser invocando uma autora que possui intimidade com as palavras. A citação aparece como um modo de aludir a um conceito que merece ser sublinhado neste trabalho: a alteridade.

Um conceito inestimável senão obrigatório para a reflexão acerca dos sujeitos. Interessados em saber quem mora do lado de lá, esbarra-se na existência de muitas fronteiras. São tantas, que qualquer tentativa de fixá-las em um número preciso está fadada a uma sub-representação. Os limites que tendemos a colocar entre um indivíduo e Outro são infindos. Ao mesmo tempo em que as fronteiras margeiam os sujeitos, delineando suas individualidades, elas demarcam seus espaços de trânsito. Sendo assim, a noção do Outro como fronteira deve subverter a significância do termo, compreendendo o Outro não como uma barreira, mas sim como um lugar para se estar.

Partindo da visão posta acima, o Outro seria então um terreno desconhecido. E o movimento de visitá-lo implicaria em deslocar-se de si para dialogar diretamente com um terceiro. Ir ao encontro desse alguém não requer, necessariamente, que sejam feitas aproximações diretas. Em termos distintos: o Outro não está tão longe assim. Ele não reside em um mundo paralelo do qual eu não faço parte. O Outro mora em nós. Nas palavras de Priscila Martins, trata-se de um “outro que me habita” (2011, p. 19).

Pelo fato de sermos, duplamente, morada desse Outro ser e estarmos domiciliados em terceiros, há uma tendência de unificação dos indivíduos. Assim, todos, todas e todes, sem exceção, fazem parte de um único mecanismo que tende a categorizar os sujeitos pelas suas semelhanças. Há aí um aumento de discursos que exaltam as semelhanças e clamam por igualdade. Por outro lado, nesses enunciados, há o apagamento de qualquer expressão que fuja a ideia de unidade estabelecida. Reconhecer-se como imagem e semelhança do Outro representa, para a discussão sobre alteridade, um empobrecimento do discurso. Mais ainda, desconsidera a multiplicidade social, reduz as existências humanas e conclui a discussão, pois, não abre margem para complexificar a realidade. Nesse sentido, as discussões sobre empatia se tornam insuficientes se não forem acompanhadas do conceito de alteridade.

No jornalismo, estar hábil para buscar entender o Outro é fundamental, mas é necessário lidar com a diversidade que ele/a representa. Reafirmar-se pelas diferenças é um desafio dentro e fora da profissão porque o diferente é colocado como incomum. E aquilo que não é comum, que possui uma característica inexplorada, desconhecida, desafia a ordem já estabelecida. Em decorrência disso, o Outro - o ser estrangeiro - passa a ser considerado uma figura ameaçadora.

A figura da alteridade está cristalizada na face do estrangeiro, do marginal, do desviante, do desconhecido. Ela é, contudo, necessária para que se possa dizer eu sou. Dizer que sou este e não aquele me permite traçar uma linha fronteira entre eu e o outro, na configuração de um processo relacional de demarcação e constituição de identidades e outridades. (DIONÍZIO, 2011, p. 19)

Tal como colocado por Priscila Dionízio (2011), a visão do Outro como um exótico desviante contribui para uma interpretação negativa do universo indexado àquele que não é próprio de nós. Por mais prejudiciais que sejam essas visões pré-concebidas, são elas as responsáveis por evidenciar as características de um grupo/indivíduo em relação a Outro. O confronto causado por polos distintos, largamente discutidos por Priscila, atenua e reitera as identidades de cada um dos lados que participam do embate. Apesar de aparentar ser uma ação tão somente antagonista, é ela que reafirma os atributos de cada um dos envolvidos.

Admitir que o Outro determina, em certa medida, a forma como cada um irá se constituir enquanto indivíduo é muito mais que assumir que o Outro está em nós. É entender a contribuição individual de todos na construção de um, e vice-versa. De outro modo, há uma tendência em exonerar tudo aquilo que escapa aos olhos, seja pelo estranhamento imediato que outras vivências provocam, pela decisão de ignorar outras existências ou pelo desconhecimento de outros modos de viver. Em todos os casos, o Outro possui a mesma finalidade: o extermínio. Até porque “não é possível conviver com ele, nem mesmo integrá-lo, para que seja conservada a pureza do nós, o estrangeiro deve ser banido, esse eterno invasor” (DIONÍZIO, 2011, p. 22).

Os discursos de ódio se apoiam em tal firmamento. Contudo, não é preciso ludibriar no extremo da questão. Isso não significa que as expressões de ódio não serão tomadas como exemplo prático da questão, mas sim que o exercício da alteridade pode ser mobilizado até mesmo para questões mais minuciosas. Atentemo-nos à prática jornalística.

Pode-se dizer que no jornalismo (e não só) a alteridade é a condição de existência da profissão. É onde a atividade se firma conceitualmente. Se o jornalismo pode ser concebido

como um campo do conhecimento que oferece a oportunidade de outras pessoas falarem, logo, o exercício da alteridade seria um requisito necessário. Fala-se em exercício da alteridade por se tratar de uma prática que requer aperfeiçoamento. A alteridade não se refere a um traço herdado geneticamente ou concebido por forças sobrenaturais. O que a autora propõe é, no fundo, o desenvolvimento de um olhar não-viciado sobre o outro.

Eliane Brum define reportagem como o movimento que “implica desabitarse de si para habitar o outro, o mundo que é o outro” (2017, p. 364). Para transitar entre os dois mundos, ela reelabora o sentido básico de um jornalismo de qualidade: a audição. “Pela escuta não apenas ouvimos, mas vestimos. A reportagem é um despir-se de si para vestir um outro. E então empreender o largo caminho de volta e fazer o parto das palavras, que é a história contada atravessada pelo corpo de quem voltou para dar notícias de lá. De um lá que no movimento da reportagem virou lá e aqui” (p. 365).

O caminho percorrido pelo/a jornalista pressupõe o encontro com a extensão de si que está no Outro. O repórter, ao fazer a mediação entre os personagens e os leitores/ouvintes/apreciadores, deve desnudar-se dos estereótipos. Quando não, o resultado é uma simplificação do real. Uma recriação do lugar comum que reproduz e reafirma lógicas estruturais da sociedade. O que, em outras palavras significa dizer que houve uma incapacidade de buscar ir além. De questionar-se. Contrapor-se. Efetivamente, o movimento do jornalista, nesse caso, é inverso. Ao invés de espiar a si mesmo e buscar um retrato de outrem, o jornalista conduz o leitor a lugares de pensamento reduzido. Ele guia o leitor para lugar algum. O esforço que o jornalista precisa ter para não cair no clichê ou no discriminatório começa na definição da pauta. Dayane Barretos (2016) sugere que “a necessidade é olhar além, em busca de outras histórias, de se aproximar dos sujeitos, do cotidiano dos sujeitos para compreender o que realmente ocorre na vida deles” (p. 77).

4.1 Anatomia da alteridade

A aproximação dos sujeitos em seus dilemas cotidianos é uma preocupação das narrativas mais humanizadas, que normalmente possuem uma estrutura que abarca o vai e vem dos atores observados. Por isso, elas tendem a retratar minimamente os sons, os sabores, o clímax, a anatomia e as paisagens que envolvem os personagens narrados. Todos esses pormenores mostram que o narrador se preocupou em adotar uma escrita mais humanizada,

mas sugerem principalmente que o olhar sobre os sujeitos narrados suprimiu interpretações rasas. O afastamento da ânsia em se tratar superficialmente os indivíduos encaminha as noções de alteridade para outros vieses. Assim, o esforço de captar as atmosferas do Outro pressupõe que se enxergue microscopicamente o mundo dos seres envolvidos para gerar reconhecimento, empatia e identificação.

A aproximação com o Outro evoca tanto o olhar de quem enuncia, como também de quem lê. Judith Butler, em artigo publicado em 2011, considera a noção de “rostos” já trabalhada anteriormente por Emmanuel Levinas para compreender a forma como nos colocamos diante do Outro e vice-versa. Desse modo,

o termo “rostos” opera como uma catacrese: “rostos” descreve as costas humanas, o movimento do pescoço, a tensão das omoplatas. E dessas partes do corpo diz-se – por sua vez – que choram, que soluçam, que berram, como se fossem um rosto ou, então, um rosto com boca, garganta ou, de fato, apenas uma boca e garganta do qual vocalizações emergem e que não tomam estado de palavras. O rosto deve ser encontrado nas costas e no pescoço, mas ele não é exatamente um rosto. Os sons que dele emergem são agonizantes, sôfregos. (p. 18)

Para Judith, o termo rostos integra as discussões sobre a corporificação da alteridade. E, para ela, o rosto em seu sentido mais amplo representa o que há de mais transparente nos sujeitos diante de nós, pois é ele quem comunicará as dores/sorrisos recorrentes. Por tal motivo, o rosto evidencia as vulnerabilidades humanas e desperta os abismos existentes nos indivíduos. Além disso, o rosto realiza um chamado; é ele quem nos convida a conhecer a vida do Outro e, conseqüentemente, a nossa própria vida.

Enxergar o rosto do Outro é um apelo descortinado por Judith Butler, que argumenta que “fomos deslocados do rosto, algumas vezes através da própria imagem do rosto, este que é feito para expressar o inumano, o que já está morto, aquele que não é precariedade e, portanto, não pode ser morto” (2011, p. 32). A não percepção dos sujeitos ao nosso redor como possuidores de um rosto implica na desconsideração de nós mesmos como cidadãos. Se a construção do eu é feita a partir do contato com o outro, então pode-se dizer que as nossas relações sociais foram prejudicadas pela subvalorização dos sujeitos.

Conforme introduzido por Judith, a destituição de rostos retira a humanidade dos sujeitos e ocasiona um apagamento social. É claro que esse processo recai à frente dos corpos historicamente marginalizados/ subjugados, como as mulheres, por exemplo, que “conhecem melhor do que ninguém o que é a morte em vida. A morte pelo ostracismo e pela exclusão. O

peso de um linchamento público. A invisibilidade mesmo sendo visível. O vazio de ser condenada a não ser vista pelo outro, pelos outros. A voz que grita e que mesmo assim não é escutada” (BRUM, 2018).

5. (RE)CONFIGURAÇÃO DA VIDA PÚBLICA E VIDA PRIVADA

*O que você faz quando
Ninguém te vê fazendo
Ou o que você queria fazer
Se ninguém pudesse te ver*

Quatro vezes você, Capital Inicial, 2002

Parte integrante do processo de compreensão dos sujeitos reside no contato que eles articulam em sociedade. O indivíduo, enquanto célula de um sistema mais amplo, relaciona-se a partir das lógicas vigentes nos meios. Há, tacitamente, imperativos morais e sociais que legitimam o modo como as pessoas irão interagir. Esses preceitos funcionam como um manual inexplicito, que conduz a forma como os sujeitos devem se relacionar perante os Outros. Ou então, o inverso disso: guia os indivíduos quando estes estão resguardados do olhar alheio; cobertos de privacidade.

A ambivalência que existe perante o indivíduo com si mesmo e com relação a outros indivíduos assenta uma política de comportamento que configura e remodela as relações humanas. Tal dicotomia é contemplada pelas discussões de público/privado, uma associação que reúne um par de conceitos, em tese, díspares. Para discorrer sobre o impacto que o contraste de palavras evoca, faz-se necessário destrinchar cada um dos termos bem como a carga de significantes existente em cada um.

John Thompson (2011) designa público como a particularidade de algo que é aberto, acessível ao coletivo. Ele diz que público é “o que é visível ou observável, o que é desempenhado ante os espectadores. O que está aberto a todos (ou a muitos) para ser visto, ouvido ou comentado” (p. 313). Sendo assim, o público permite uma participação numerosa de pessoas justamente porque se oferece como um convite, uma espécie de apelo para a entrada das mais variadas concepções. Por ter sido construído com base em parâmetros de transparência, o público não só cria traços que definem as posturas a serem tomadas como pode ser atrelado a uma concepção de lugar partilhado.

Adriana Braga e Adriano Rodrigues (2014), em material denominado “Espaço Público, Interação e Discurso: da *ágora* às redes sociais”, tecem discussões que qualificam a capacidade dos lugares de despertar personas distintas nas pessoas que estão submetidas à essa política. Eles escrevem que, “deste ponto de vista, o espaço público é [...] o cenário em que cada uma das pessoas se apresenta com uma determinada imagem” (2014, p. 6). Isso quer

dizer que o corpo reage em conformidade com o ambiente e/ou com o regime normativo triunfante.

Balanceando as discussões, há também um outro lugar - este mais seguro - aproveitado para desnudar-se do mundo. Este espaço contrapõe as características apontadas nos dois parágrafos anteriores, porque é atrelado à ideia de um mundo confidencial, quase como um local particular. Os autores citados anteriormente também debatem sobre a postura assumida no campo privado. John define privado como sendo aquilo que “está escondido da vista, o que é dito ou feito na privacidade ou em segredo, ou entre um círculo restrito de pessoas. Neste sentido, a dicotomia público-privado tem a ver com publicidade versus privacidade, com visibilidade versus invisibilidade” (2011, p. 313). Como esta categoria infere que sejam tomadas posturas ocultas, a liberdade para perambular entre personas livres de julgamento social é maior.

Utilizar desta invisibilidade é, também, uma maneira oportuna de se colocar no mundo e permitir a emergência de determinados sentimentos. Adriana Braga e Adriano Rodrigues, assim como John, entendem o privado como uma esfera resguardada de terceiros. Segundo eles, é “no quadro da configuração burguesa da publicidade que surge uma nova concepção do espaço privado, enquanto espaço de intimidade, dando livre expressão aos sentimentos e aos impulsos do coração de que o aparecimento dos diários íntimos e das relações epistolares são as manifestações mais eloquentes” (2014, p. 5).

Outra autora que estreita tais discussões é Leonor Arfuch, que, ao citar Arendt, destaca que o privado pode ser apreendido como “espaço de contenção do íntimo” (2010, p. 86), não “em contraposição ao político, mas ao social, esfera com a qual se encontra autenticamente aparentado” (2010, p. 86). Em se tratando do privado, a conotação eloquente é de que a intimidade seria então um refúgio, um abrigo para a evasão de composturas sob as quais não se pode escapar. A liberação desses estímulos compactua com as observações de Leonor, que diz que “a ideia segundo a qual a essência da pessoa se expressa nos comportamentos privados são outras das tantas figuras, pensadas e vividas, da dissociação operada entre indivíduo e sociedade” (p. 93).

Quanto à colocação dos termos público e privado em contraposição, Leonor aventa os embates presentes em tal binômio e indaga questões que problematizam a complexidade que esses termos evocam. Ela diz que essas palavras convocam

uma variedade de significações associadas - interior / exterior, próprio/comum, indivíduo/sociedade - e requer, portanto, explicitação em virtude de seus usos: que sentidos o conceito de “público” recobre? Assimila-se pura e simplesmente ao político, desagrega-se na multiplicidade do social? Remete à “coisa” pública, aos interesses comuns, aos espaços compartilhados de visibilidade e de habitabilidade? Coextensivamente, o “privado” alude ao que é “secreto”, aquilo que se subtrai - talvez indevidamente - ao ideal de transparência democrática? Concerne ao íntimo, ao doméstico, à liberdade ou ao interesse individual? E mais: ao optar por qualquer um desses sentidos, a articulação entre os termos é necessariamente dicotômica?” (p. 83 e 84)

Ao serem mobilizadas, questões como as apresentadas acima pela autora devaneiam os limiares que rondam duas das muitas esferas existentes no cotidiano dos sujeitos. Essa duplicidade inerente na forma como os corpos se organizam em sociedade infere que há um positivo sobre o negativo ou, nas palavras da autora, um dos termos implicará certa negatividade. Por se tratar de conceitos contrapostos, o binômio parece aludir a ideia de um *yin/yang* - prótons/elétrons, equilíbrio/desequilíbrio, presente-ausente - como uma força inversamente oposta que configura, necessariamente, lados contrários de uma interrogação.

O antagonismo abordado pode, com esse imaginário previamente estabelecido, dar o sentido de duas lógicas improgressistas e invariáveis, quando na verdade observa-se que cada espaço, seja ele público ou privado possui dinâmicas próprias de funcionamento. Essa visão multifacetada vai ao encontro das discussões de Leonor, que identifica que o “reconhecimento de uma pluralidade de vozes faz com que já não seja possível pensar o binômio público/privado no singular: haverá vários espaços públicos e privados, coexistentes, divergentes, talvez antagônicos, o que é também uma maneira de dar conta das diferenças - e desigualdades - que subsistem na aparente homogeneidade da globalização” (2010, p. 101).

Assim como há, nesse raciocínio, uma impossibilidade de retratar um perfil único de público e privado, pode-se dizer que as linhas fronteiriças entre uma coisa e outra também não estão vigorosamente delineadas. O trecho a seguir, de John Thompson, ilustra a questão:

as vidas privadas das pessoas podem ser transformadas em acontecimentos públicos pelo fato de serem veiculadas através dos meios de massa; e acontecimentos públicos podem ser vivenciados em situações privadas, como acontece quando os problemas de estado são vistos ou lidos na privacidade de uma casa (2011, p. 311).

John Thompson alude que, apesar de parecer paralela, tal dicotomia não impossibilita que ocorram rupturas e mudanças de fluxo. Assim, aqueles acontecimentos que advém do

íntimo podem ser transmutados em acontecimento públicos, e vice-versa. O autor entende que a virada de posição pode gerar consequências, e questiona:

até que ponto os acontecimentos que têm lugar num domínio público e que, potencialmente, afetam os interesses de cada um, devem ser tornados, visual e oralmente, acessíveis ao público em geral, e que consequências essa publicidade mediada vai ter para a natureza dos próprios acontecimentos? (2011, p. 316).

Nota-se, a partir dos imbricamentos acima, que a dicotomia público/privado possui contornos ostensivamente frouxos, já que as esferas entre cada um dos termos podem ser ultrapassadas. Conforme posto por Adriana e Adriano (2014) “um mesmo comportamento pode ser considerado ora como público, num quadro interacional, ora como privado, noutra quadro interacional” (p. 2). Vale reconhecer que as fronteiras entre a duplicidade de palavras não garantem a existência dos limites encontrados no binômio, que são rígidos o bastante a ponto de não serem cruzados. Ao contrário, a perspectiva dos autores

tem a ver com o fato de não considerarmos estas categorias de maneira substantiva, como se referissem espaços ou esferas delimitadas por fronteiras precisas, mas de as vermos como dimensões relativas da experiência coletiva, com as quais as pessoas jogam constantemente, em função da natureza dos quadros em que localmente situam as suas interações. (p. 2)

Se os comportamentos podem deslocar-se e criar novas semânticas, isso significa que há uma ordem vigente capaz de ser mobilizada em outros cenários. Dessa forma, apesar de público e privado possuir uma conotação inclinada aos espaços materiais, como lugares de intimidade em contrapartida com lugares coletivos, pode-se observar que os autores referem-se muito mais a uma lógica que pode ser aplicada em diferentes meios. Isto é: público/privado representa um raciocínio que se repete nos mais variados contextos, podendo ser incorporados de acordo com as diretrizes de cada ambiente; independente deste ser material/concreto ou digital/abstrato.

No caso de meios como a TV ou a internet, “o público deixa de ser apenas a designação de espaços de visibilidade e de notoriedade para passar a ser um ideal de livre discussão e de crítica” (BRAGA, RODRIGUES, 2014, p. 4 e 5). Em outro vocábulo, o aprimoramento das plataformas utilizadas pela comunicação de massa restabeleceu o que se entendia até então como público/privado. Conforme argumentação de Adriana e Adriano, “o aparecimento da imprensa como dispositivo, ao mesmo tempo, de constituição e de

disseminação da crítica e de formação da opinião pública esclarecida” (2014, p. 4 e 5) remodelou os limites entre a vida pública e privada.

Sabe-se que os espaços digitais configuram e reconfiguram a experiência humana. Esses espaços de sociabilidade mesclam tanto as dimensões do público quanto do privado, a depender da vontade dos programadores digitais/ gestores de desenvolvimento de rede. A opção por tornar um ambiente social digital mais ou menos restrito é o que os últimos autores citados definiram como grau de publicização/privacidade de um meio que, para eles, “não é um atributo inerente a ele, mas uma opção de utilização: desta forma, uma lista de discussão tanto pode ser pública (aberta a qualquer participante) quanto privada (regulação da entrada de participantes por convite ou seleção do/a moderador/a)” (p. 14).

Por muito que algumas plataformas ou sistemas de comunicação em rede tenham sido pensados para dialogar restritivamente, ambos podem eclodir com os códigos internos e gerar participação pública. É o caso das redes *on-line* - como *e-mails*, *blogs*, *sites* de relacionamento e redes sociais - que podem ser duplamente um espaço público/privado a depender dos usos que se faz dos meios.

Se por um lado, a Internet oferece uma vitrine para ser visto/a pelo mundo, elemento fulcral na constituição do chamado poder das mídias, a desejada visibilidade midiática; por outro, oferece recônditos esconderijos, que oferecem a privacidade e o conforto de quatro paredes, no sentido de poder-se estar com alguém, longe de olhos alheios. (BRAGA, RODRIGUES, 2014, p. 23).

Os meios não são os únicos a circular por entre a dicotomia público/privado, mas também as pessoas que se apoderam deles. A passagem seguinte explana o argumento de que as pessoas são moldadas pelo ambiente onde deleitam-se:

cada uma das pessoas pode assim assumir em diferentes situações uma multiplicidade de identidades, de acordo com exigências diferentes e por vezes divergentes [...] Cada uma destas relações de solidariedade forma públicos distintos, porque em cada uma delas, nos reconhecemos diferentes, adotamos comportamentos diferentes, somos reconhecidos como parceiros de interesses e de visões do mundo próprios que são comuns aos seus membros, possuímos conjuntos de marcas simbólicas próprias que partilhamos com os membros de uma grande diversidade de públicos diferentes. (BRAGA, RODRIGUES, 2014, p. 10 e 11)

A *internet* reconfigura, então, o contato e o comportamento que os sujeitos irão manifestar. Ao mesmo tempo que os corpos são regidos pelo espaço, eles determinam as apropriações que são feitos dos lugares de convívio social. O que entende-se como sendo público e privado é a relação entre um indivíduo e Outro e/ou entre um indivíduo e

determinado grupo social. Relação esta que indica o modo como os seres irão se portar e permitir que os “vários eus” aflorem ou permaneçam em inércia. O binômio é, nessa visada, um ponto de contato entre os corpos, fazendo emergir as múltiplas faces de um sujeito cambiante para que assim seja possível revezar os papéis sociais.

O que surge com essas apropriações do espaço é uma outra perspectiva da esfera pública. Entende-se estes conceitos tal qual foi postulado por Adriana Braga e Adriano Rodrigues: “não como uma realidade que possamos encontrar e de que possamos definir os contornos, mas como um processo em que os seres humanos se envolvem em permanência tendo em vista encontrar a maneira de viverem em comum ou, como dizia John Dewey (1954), de fazerem comunidade” (2014, p. 24). Sendo assim, o binômio é caro ao trabalho porque revela dinâmicas existentes no processo comunicativo, que fazem parte da convivência em sociedade.

Esse olhar ampliado para a definição de espaço público/privado auxilia, em muito, as discussões de experiência e memória coletiva. A profusão dos fatos cotidianos reconfiguram o modo como os sujeitos irão se relacionar. “Um indivíduo não precisa estar presente a um acontecimento a fim de testemunhá-lo; a publicidade (visibilidade) de um acontecimento não depende mais da partilha de um local comum” (THOMPSON, 2011, p. 320). As casualidades que antes exigiam uma relação física de proximidade foram diluídas em rede. A vida passa a ter múltiplos ambientes de interação, convocando agentes não só para testemunhar como também para participar ativamente dos episódios cotidianos.

6. POLÍTICAS GENDRADAS NA REGULAÇÃO DOS CORPOS

No original inglês, o termo subject não tem gênero. No entanto, a sua tradução corrente em português é reduzida ao gênero masculino - o sujeito. É importante compreender o que significa uma identidade não existir na sua própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como um erro. Isto revela a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa, e a urgência de se encontrarem novas terminologias.

Grada Kilomba, 2019, p. 15

As performatividades de gênero interpelam todos os corpos. Biologicamente indicados como femininos, pela presença da vagina ou como masculinos, pelo falo, os sujeitos são identificados antes mesmo do nascimento segundo padrões normativos de conduta. Nenhum corpo escapa. As tensões entre os gêneros e a sexualidade romperam o campo da biologia e se instauraram em áreas diversas, como na sociologia, psicologia e no saber comum. A urgência de representações variadas de gênero e sexualidade fez do binarismo uma fronteira mutável e passiva de disputas de narrativas e saberes, que clamam por visibilidade.

A sociedade androcêntrica, que define as perspectivas a partir do olhar do homem, determina quais são os padrões de comportamentos ditos femininos e masculinos. Há um trabalho conjunto de instituições de poder, como o estado, a igreja, a escola para educar e legitimar discursos segundo normas baseadas no sexo biológico. Nos homens, são instituídos padrões de normatividade centradas nos padrões de masculinidade, em que a agressividade, insensibilidade, negligência a trabalhos e aversão a comportamentos ditos femininos são condutas internalizadas e reproduzidas como sendo normativas. Quando há um rompimento das convenções estigmatizadas de gênero, há um estranhamento e o *status quo* é estremecido.

Pierre Bourdieu (2012) conceitua, em seu texto sobre as violências simbólicas atreladas a dominação masculina, a mulher como um ser que precisa de socialização. Para se tornar uma mulher, é desempenhada uma construção das normas comportamentais que devem ser acionadas pelos seres que possuem a estrutura biológica dita feminina. Desde criança, os movimentos da menina são domesticados, moldados em arquétipos de beleza e delicadeza. Os aparelhos midiáticos, a escola e o vestuário funcionam como instrumentos de adestramento dos corpos e desejos femininos, limitando os movimentos e expressões desviantes da conduta moral imposta. São prescritos atos repressivos às expressões que fogem às regras, reprimindo os “desvios” tidos como mecanismo de dominação. Quando as dicotomias sociais, como a de

gênero (homem/mulher) extrapolam o nível subjetivo, passam a ter caráter social. Ao caracterizar algo socialmente delimitado, são atribuídas éticas, morais, condutas, padrões, evidenciado a partir da exigência constante de demarcação e definição de seus significados e significâncias.

Os seres não são passivos nas relações de assimilação do gênero e da sexualidade. A heterossexualidade compulsória e as delimitações de gênero são esferas de produção identitária, tensionadas a todo o momento por órgãos educadores e pela subjetividade. A experimentação da sexualidade geralmente é coibida pelos órgãos reguladores, porém a identidade sexual e de gênero acaba se mostrando de maneira peculiar e fragmentada, tornando um mesmo sujeito pertencente a grupos socialmente heterogêneos.

Michel Foucault (1988) coloca a sexualidade como uma invenção social, fruto de discursos que visam a regulação, normatização e instauração de saberes sobre o corpo. Ele denomina essa invenção como “dispositivo histórico”, em que coloca a sexualidade como algo que não é natural e inerte. Para ele, há uma disposição discursiva atrelada a uma técnica de poder, elencadas sobre as proibições e censuras que se constituem como princípios negativos dos sexos. Foucault evidencia ainda que o poder provoca as diversas formas de sexualidade, pois há uma normatização de discursos hegemônicos que faz com que haja uma multiplicação de atributos ligados à sexualidade. A multiplicidade de expressões da sexualidade acaba, portanto, validando a soberania das sexualidades institucionalizadas.

Mesmo quando as barreiras se deslocam, elas ainda envolvem os corpos. As representações sexuais “desviantes” continuam atreladas aos padrões heteronormativos de gênero. Para ilustrar a questão, pode-se citar algumas mulheres trans, que aparecem em revistas pelo viés de narrativas que buscam evidenciar o que é “ser mulher” atreladas a noções de feminilidade e performatividade de gênero. O caráter regulador, limitador dos corpos femininos e educador são mecanismos de dominação de gênero, em que se ressalta os padrões de beleza, modos de portar e ser da mulher. A sociedade patriarcal criou mecanismos sociais para delimitar a feminilidade, colocando as narrativas de maneira “asséptica”, sem considerar as questões intrínsecas desses sujeitos.

Em contraponto, há as representações caricatas de personagens e grupos pertencentes ao movimento LGBTQIA+. Carregado de traços ideológicos, veículos jornalísticos, produtos midiáticos nos mais variados formatos, não raro, evidenciam e reforçam estereótipos de personalidades ligadas à comunidade. Assim como as ruas são o palco em que as aflições

sociais disputam sentidos, as tensões entre as construções de gênero e sexualidade não são despojadas de influências no interior das empresas de comunicação. A organização das notícias, dos produtos midiáticos e as notícias em si estão carregadas de ideologias e posicionamentos políticos que revelam as tensões de gênero e sexualidade. Há uma omissão generalizada de pautas que colocam as questões da comunidade, como suas lutas, desafios, anseios como um critério de noticiabilidade em detrimento da sátira, entretenimento, exotividade e controvérsia envolvendo o grupo.

A superficialidade, geralmente, é um elemento central de notícias relacionadas, não tendo como evidência as demandas sociais que implicam os acontecimentos. No artigo de Bruno Souza Leal e Carlos Camargos Mendonça, eles retratam como a “insistência na presença do nome civil é uma maneira de humilhação e de negação da identidade” (2019, p. 268) de sujeitos mortos por serem LGBTQIA+ .

Quando se classifica uma pessoa como ser desviante por fugir às relações polares de gênero e sexualidade de maneira pejorativa, o ato tem por função desumanizar o sujeito e incapacitar a geração de empatia pelo Outro. Muitos veículos pautam questões ligadas à comunidade a partir de um olhar viciado, atravessado por discursos conservadores e preconceituosos. É nesses espaços que se inserem os silêncios, as pessoas de quem não falamos, a estatística que desumaniza. É no não dito que se encontram indivíduos que podemos classificar como os “marginalizados dos marginalizados”, onde podemos destacar as travestis, os gays negros, pobres etc; sujeitos esses que quase nunca aparecem nas narrativas cotidianas.

As formas de poder criam sistemas sociais de regulação. Portanto, “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 104 e 105). A resistência se dá nas pequenas subversões, no rompimento de demarcações impostas sobre o que é ser homem e o que é ser mulher; e também nos extremos e nos meandros. Movimentos de apropriação performática à negação do gênero binário, como *crossdresser*, *drag queens*, agêneros, *queers* escapam às normas e evidenciam a multiplicidade de expressões do ser. Há uma ânsia para que esses corpos, independente da expressão, ocupem espaços que antes lhes eram cerceados. Mídias tradicionais incluem em sua grade personalidades que fazem parte de movimentos LGBTQIA+, portanto alguns espaços ainda são restritos a sujeitos que se encaixam em um padrão normativo.

6.1 Contornos do CISTema

Os produtos midiáticos são dispositivos que continuam a perpetuar alguns estereótipos hegemônicos. Porém, aos poucos, algumas mudanças são apreendidas, seja por vontade própria - estratégia para conquistar novos públicos e, conseqüentemente, aumentar os lucros - ou pressão representativa dos invisibilizados. Mesmo que hoje seja comum a exibição de identidades que fogem ao padrão institucionalizado, alguns sujeitos ainda são condicionados à performatividade hegemônica no sistema em que estão inseridos. Os corpos apresentados podem fugir à norma em somente um aspecto, enquanto sujeitos interpelados por dupla-opressões - mulheres e homens trans, negros, imigrantes, gordos, pessoas em posição de vulnerabilidade social - possuem menos chances de terem as narrativas inseridas na mídia tradicional.

A visibilidade de algumas narrativas adquire tamanha disseminação que pode representar um grupo ou comunidade. Porém essa projeção tem como consequência a morte da subjetividade dos indivíduos representados por meio da personificação de tais vivências. O apagamento acontece porque os grupos dominantes apresentam como “padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) às manifestações dos demais grupos” (LOURO, 1999, p. 12 e 13).

O homem gay, branco, não afeminado, em um relacionamento estável, por exemplo, por muito tempo foi colocado nas narrativas midiáticas como o indivíduo cuja afetividade mais se aproximava do padrão cisheteronormativo. Nesse sentido, todos que não se sentem representados por esse arquétipo podem não ter sua existência legitimada, pois suas vivências passam por um apagamento representativo. Portanto, as estruturas não abarcam o trânsito das identidades sexuais e de gênero, que é uma das características substanciais dos corpos. Logo, é uma falácia determinar a existência de uma identificação definitiva, permanente e única, pois as identidades sociais, integralmente, possuem o “caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais” (LOURO, 1999, p. 9). O esforço sistemático das estruturas dominantes descuida-se ao tentar definir a identidade heterossexual como natural.

A disputa em busca da representatividade não é por vaidade. As pessoas pertencentes aos grupos “minoritários” possuem lutas históricas por reconhecimento de seus corpos, identidades, existências e subjetividade. A sociedade distingue os corpos entre aqueles socialmente aceitos e cria guetos para os corpos abjetos. A partir disso, são marcados por processos de exclusão e violentação pela condição de minoria representativa, pois muitos grupos, em questão de quantidade de constituintes, nem sempre podem ser chamados pelo termo. O discurso de exclusão e distinção passa por viés religioso, institucional, patologizante, moral, reprodutivo, pelo fato de não serem sujeitos que se incluem nos moldes socialmente permitidos na vida pública.

Michel Foucault, em material divulgado em 1998, denomina como biopolítica as práticas disciplinares utilizadas para governar os indivíduos. Para isso, é utilizado um conjunto de técnicas e mecanismos chamados de biopoder, desenvolvidos a partir de um saber-poder que possui a capacidade de intervir na vida humana (FOUCAULT, p. 134). A biopolítica

começou a ser descoberta no século XVIII. Percebe-se, conseqüentemente, que a relação do poder com o sujeito, ou melhor, com o indivíduo, não deve ser simplesmente essa forma de sujeição que permite ao poder tomar dos sujeitos bens, riquezas e, eventualmente, seu corpo e seu sangue, mas que o poder deve exercer-se sobre os indivíduos, uma vez que eles constituem uma espécie de entidade biológica que deve ser levada em consideração, se queremos, precisamente, como máquina para produzir riquezas, bens, para produzir outros indivíduos. O descobrimento da população é, ao mesmo tempo que o corpo do indivíduo e do corpo adestrável, o outro núcleo tecnológico em torno do qual os procedimentos políticos do ocidente se transformaram. (FOUCAULT, 1998, p. 193 apud. CASTRO, 2016, p. 59).

Michel indica o binarismo como antinatural, socialmente apreendido e reproduzido. Para ele, o controle sexual serviria como uma espécie de controle sobre os indivíduos, e, no entanto, uma maneira de tornar os corpos adestrados para atender ao Estado. Ele propõe a subversão da sexualidade como uma forma de romper a hegemonia heterossexual, pois ocasiona o rompimento do biopoder. Dessa maneira, tal qual foi afirmado por Judith Butler, “se a verdade interna do gênero é uma fabricação, se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (2003, p. 195).

No que tange às sexualidades, os estigmas são barreiras que impedem a transitoriedade dos gêneros e identidade sexual. Travestis e transgêneros são o não ser, que na maioria das vezes, não possuem direito ao nome. A vivência do não ser é tangenciada pelas estatísticas desfavoráveis quanto à qualidade de vida, exclusão do mercado de trabalho, expectativa de vida e essas são as pautas frequentemente veiculadas pela mídia. Salva as ínfimas vezes em que surgem notícias referentes a pessoas trans e suas conquistas, as mesmas oportunidades já são acontecimentos corriqueiros vivenciados por sujeitos cisgênero. Realizações como inserção no mercado de trabalho, inclusão em espaços fora do salão de beleza ou da prostituição, possibilidade de concluir aprendizados formais e acesso a direitos básicos ainda são motivo de comemoração para pessoas trans e travestis, tendo o corpo visto com exotividade nesses espaços e posições sociais.

Em contraponto à essa categoria, a *drag* é uma “recriação” das distinções entre “a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado” (BUTLER, 2003, p. 196). O performista engloba no processo de representação três aspectos da constituição corporal, pois há um sexo anatomia, um gênero performado e a identidade de gênero por trás das performances. Butler ressalta ainda que a

noção de paródia de gênero aqui defendida não presume a existência de um original que essas identidades parodísticas imitem. Aliás, a paródia que se faz é da própria ideia de um original; assim como a noção psicanalítica da identificação com o gênero é constituída pela fantasia de uma fantasia, pela transfiguração de um outro que é desde sempre uma “imagem” nesse duplo sentido, a paródia do gênero revela que a identidade original sobre a qual molda-se o gênero é uma imitação sem origem. (BUTLER, 2003, p. 197)

O importante é compreender que o corpo dito “abjeto”, refere-se a pessoas com uma multiplicidade de desejos; o Outro, cuja sexualidade e gênero são apenas um dos muitos contornos de suas dessas existências.

6.2 A tensão e o desassossego sobre corpos dissidentes

Viver em um mundo permeado de opressões da ordem do gênero/sexo é ver o corpo como um espaço de resistência. É nele que opressões são instauradas e institucionalizadas, desde o momento em que se escolhe o tipo de roupa a ser usada, até o castigo que corpos desviantes são sujeitos. Em uma cultura em que fugir à norma é considerado um risco a

autopreservação, aqueles que conseguem romper os estigmas são assujeitados a marginalização ou subordinação mediante ordens hegemônicas.

A heterossexualidade é um aspecto que evidencia uma das sistêmicas formas de opressão realizadas sobre o corpo. A todo momento, esse componente sistemático age para se fixar como fruto da concepção dos seres, inerente, intrínseco em cada ser humano. Paul B. Preciado⁸ fala sobre a falta de espontaneidade da origem da heterossexualidade nos corpos recém-nascidos, pois eles devem se “reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais” (2014, p. 26). As muitas instâncias de poder formam um sistema de controle dos corpos, tensionando normativas de gênero e sexualidade nos seres para instituir a heterossexualidade como padrão normativo.

Os corpos que fogem às regras socialmente instituídas se despem de normalidade e se vestem de marcas. São inúmeras as denominações desses corpos, tanto que não cabem em uma sigla, como a LGBTQIA+. Foi necessário indicar, através de um símbolo somático, que há mais sujeitos do que aqueles abarcados. Porém, utilizar a sigla ou evidenciar que há Outros seres ali presentes, não traz, unicamente, visibilidade a esses corpos; não evidencia seus desejos e disparidades.

Dentro do movimento há grupos hegemônicos - não estão livres da opressão - porém possuem mais privilégios dos que se encontram fora da curva heteronormativa. Gays e lésbicas, por exemplo, que possuem relacionamentos monogâmicos, com padrões similares aos heteronormativos podem ser vistos socialmente de maneira diferente daqueles que desfrutam a sexualidade sem vínculos contratuais e de maneira poligâmica.

Os estigmas são criados para reduzir os seres a uma única coisa, pois eles são capazes de podar as potências dos sujeitos. Como evidencia Paul, “sapatona é um insulto pronunciado pelos sujeitos heterossexuais para marcar as lésbicas como “abjetas” (2014, p.28), pois ao pronunciá-lo, descaracteriza o sujeito como um ser constituinte dos mesmos direitos e deveres sociais que toda a sociedade é permeada.

Na contramão da necessidade de excluir a existência dos desassossegados, como apontado por Cremilda Medina (2003), há um movimento de ressignificar o insulto e incorporá-lo às demandas de reivindicação dos espaços, das lutas e das políticas incidentes

⁸ Utilizamos Paul em todo o corpo do texto para respeitar a identidade de gênero do autor. Entretanto, na época da publicação do livro lido, ele ainda não assinava com este nome. Por isso, a referência mantida foi a do livro original, que se adequa às normas da ABNT.

sobre os grupos. Exemplos disso são os usos das palavras *queers*, *sapas*, *bichas*, *viados*, cujos termos foram apropriados e adotados pelo dicionário pajubá para se referir aos sujeitos que empoderaram-se de sua força performativa para romper com os padrões.

O corpo se tornou um “espaço de construção biopolítica, como lugar de opressão, mas também como centro de resistência” (PRECIADO, 2014, p. 13). No mesmo ser que expressa “desvios”, também caracteriza de maneira paradoxal “derivações” do sistema heterocentrado, o que torna um único ser capaz de carregar em si a potência dual de gênero e, ao mesmo tempo, romper com ambas. Assim como uma máquina, “a falha é constitutiva da máquina heterossexual”. As identidades de gênero binárias são instrumentos de opressão dos poderes, que buscam a todo tempo se naturalizar para corroborar com o sistema. Quando coloca a homoafetividade, bissexualidade, transgeneridade, travestilidade como um acidente do CISTema, é expresso um discurso de que esses corpos operam como exceções à natureza. O autor exemplifica como a homoafetividade é considerada “anormal e abjeta em benefício da estabilidade das práticas de produção do natural” (PRECIADO, 2014, p. 30).

Para que seja realizado um movimento em direção às rupturas, é necessário ir além. Em oposição a um deslocamento das fronteiras e surgimento de novas denominações da sigla LGBTQIA+, é necessário desvincular das noções de gênero e sexualidade para denominar os corpos, fazer com que

os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes. Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. (PRECIADO, 2014, p. 21)

A sociedade contrassexual proclama a “equivalência e não igualdade de todos os corpos-sujeitos falantes que se comprometem com os termos do contrato contrassexual dedicado à busca do prazer saber” (PRECIADO, 2014, p. 22). Com isso, os adeptos ao modelo de sociedade indicado no documento estão em busca de uma igualdade em que ambos os lados sejam codependentes; em que uma realidade só exista em consonância com a outra. Diferentemente da igualdade descrita nos termos simples, cujo material possui as mesmas naturezas, proporções, aparências, dimensões, intensidades e não precisa da outra para autenticar sua veracidade.

Os códigos naturalizados são os aspectos que precisam ruir. O corpo, em sua dimensão socialmente construída, torna o sistema sexo/gênero uma esfera voltada à produção-

reprodução sexual. Os que não se incluem na ordem ideológica, “são sistematicamente eliminados ou riscados” (2014, p. 26). Como evidencia Preciado,

os homens e as mulheres são construções metonímicas do sistema heterossexual de produção e de reprodução que autoriza a sujeição das mulheres como força de trabalho sexual e como meio de reprodução. Essa exploração é estrutural, e os benefícios sexuais que os homens e as mulheres heterossexuais extraem dela, obrigam a reduzir a superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos e a privilegiar o pênis como único centro mecânico de produção de impulso sexual. (2014, p. 21)

Com isso, os seres incluídos no sistema gendrado suprimem sua potência exploratória da sexualidade. Para que ocorra a ruptura, é preciso que todo o sistema de normas gendrados se imploda. Voltar à natureza humana é desvincular dos signos instaurados como sendo de ordem natural. A natureza reivindica das instituições seu espaço prioritário como força mobilizadora dos corpos. Tornam-se marginais aqueles seres que ousam transgredir os ordenamentos prescritos. Tornam o eu e o Outro desviantes.

PLANO DE TRABALHO E PAUTA ESTENDIDA

Pensar o que seria este projeto foi um exercício de construção e desconstrução constante. Até sofisticar a ideia, foi preciso se desprender das vaidades e imergir no que nos mobiliza enquanto jornalistas. No primeiro contato com a definição do tema, ainda na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, foi realizada uma pesquisa em outros trabalhos – estado da arte. Naquele momento, o consenso era de que o conteúdo não seria produzido em um formato tradicional. Depois de muitas buscas, delimitou-se que a produção seria um livro, cujo objeto de pesquisa seria “Mortes sociais através da cultura de xingamento + palavras e expressões de cunho depreciativo”. Com o produto, queria-se entender se era possível causar afetações (não somente mediante a leitura) e acionar outros sentidos cognitivos durante o contato com os leitores.

A partir dos tensionamentos levantados pela orientadora, percebeu-se que a temática seria melhor abordada em uma monografia, não em um produto. Após a definição de outra abordagem, decidiu-se experimentar uma linguagem nova: o Jornalismo ao vivo⁹. E, além disso, fazer um recorte ainda mais conciso na temática “gênero”¹⁰, escolhida como condutora da pesquisa. O desafio de produzir no formato jornalismo ao vivo foi aceito, mas ainda havia entraves quanto à abrangência do recorte proposto. Mesmo assim foi delimitado que o enfoque seria as sexualidades e as marcas que esse indicador ocasiona.

O evento de apresentação foi marcado para a primeira banca. Para o evento, foi preparada uma performance e a história de duas fontes foram apresentadas. O evento ajudou a entender o impacto que as vidas narradas exercem na sociedade e as afetações geradas no público. Porém, houve uma problemática na arguição da banca: a incapacidade da universidade em aceitar um produto sem um dispositivo material para entregar à instituição. Dessa forma, seria preciso repensar o formato.

Quando o projeto foi retomado, no Trabalho de Conclusão de Curso II, não estava definido qual seria o formato a realizá-lo. No entanto, o objetivo ainda era de falar sobre

⁹ O Live Journalism ou Jornalismo Ao Vivo é um formato ascendente em países norte-americanos e europeus. Nele, jornalistas, fotógrafos, escritores, designers e artistas de diferentes estilos se unem para produzir performances ao vivo.

¹⁰ A escolha pelo tema é a certeza que mais nos mobiliza, pois ser um homem gay e uma mulher em uma sociedade heterocentrada e falocêntrica é ser colocado/a à margem; enfrentamento que marcou nossos caminhos até aqui. Apesar disso, reconhecemos nossos privilégios e compreendemos que mesmo com esses marcadores, ainda nos afastamos daqueles que têm os seus corpos constantemente rejeitados, contestados e aniquilados.

histórias de vida e lançar um olhar subjetivo sobre vivências de corpos dissidentes. A reportagem multimídia foi o formato que mais se aproximou de nossas intenções, pois a escrita - unicamente- era um lugar visto como restritivo diante das inúmeras possibilidades de se contar histórias.

Com a definição do formato e partindo do gênero como temática, iniciou-se a busca por pessoas que fazem parte da sigla LGBTQIA+. Essa busca contribuiu para definir o novo recorte proposto, que é retratar o trânsito dos corpos que fogem à conduta binária de gênero. Para isso, a narrativa se construirá no limiar que rege os espaços públicos e privados a fim de tensionar os aparelhos de opressão cotidianos, como universidades, locais de trabalho e espaços públicos. Como a sociedade está firmada em padrões de heteronormatividade, há um CISTema que exclui certos corpos de determinados lugares. Portanto, o objetivo é que a angulação retrate essas violências éticas que acometem os sujeitos nos espaços onde vivem.

Dado que a corporalidade é um conceito latente para compreender as questões da identidade, utiliza-se o corpo como uma possibilidade de, ao mesmo tempo, ser atingido por opressões e reagir a elas. Para entender essa dualidade, serão realizadas entrevistas de ilustração¹¹ com personagens que possuem o corpo marcado pela não adequação a norma binária de gênero. A ideia é mergulhar no cotidiano de, no mínimo três personagens, que podem ilustrar algumas das múltiplas formas de existência. E, em seguida, referendar tais vivências com as aspas de algum/a pesquisador/a no assunto.

Para compor a reportagem, valorizou-se a polifonia de vozes na narrativa. Assim, foram levantados nomes de pessoas que possuem diferentes perspectivas sobre a posição que ocupam no mundo. A tabela a seguir evidencia algumas formas de se abordar a identidade de gênero:

Fontes	Abordagens possíveis	Enquadramento na reportagem
Caos Monteiro	Ele passa por um processo de transição masculina, porém não se reconhece em nenhum dos gêneros (não-binário).	Personagem
Cléo de Paula	Ela se reconhece como uma mulher trans.	Personagem
Faynner Madeira	Ele não utiliza nenhuma denominação	Personagem

¹¹ Entrevistas que dispensam uma pauta e um roteiro previamente estabelecido; este tipo de entrevista considera as falas e os lapsos de memória como agregadores da narrativa, já que a própria fonte conduz, pelo exercício da memória, os caminhos a serem tomados.

	para se descrever, por isso perambula entre os gêneros.	
<i>Festival Eleganza – Na rua</i>	Evento que reflete a necessidade de ocupar as ruas com a discussão sobre diversidade.	Cobertura
Juarez Guimarães Dias	Co-coordenador do Núcleo de Estudos em Estética do Performático e Experiência Comunicacional da UFMG.	Especialista
Marco Antônio Torres	Professor e pesquisador na área da educação na Ufop e estuda temas que perpassam a vida dos outros personagens.	Especialista

Fonte: elaboração própria

Para dar prosseguimento às discussões a respeito da construção identitária, as fotografias contidas na reportagem seguirão uma mesma narrativa. O conceito que acompanhará toda a linguagem visual do trabalho é o de retratar os rostos das personagens de modo fragmentado, seja pela técnica de fotografias perfil, $\frac{3}{4}$, ou utilização de elementos que cobrem parte do assunto. Essa composição ajuda a pensar a existência de cada ser, pois nenhum formato consegue englobar todas as nuances que recobrem tais corpos. Do mesmo jeito que, por haverem identidades múltiplas, há sempre uma parte do Outro que é inacessível.

Quanto ao site, ele possui quatro menus: Reportagem, Projeto, Expediente e Contato. No primeiro, o formato escolhido é de reportagem *Longform* com as linguagens textual, fotográfica, audiovisual e sonora combinadas. Para explicar a proposta do trabalho, a seção *Projeto* reúne uma explicação do Trabalho de Conclusão. No *Expediente*, consta uma biografia dos idealizadores e, caso alguém queira ter mais informações, poderá enviar uma mensagem na aba *Contato*.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A concepção do arcabouço teórico presente no memorial foi uma etapa de descobertas e aprendizados. Vivíamos debruçados nos livros, artigos e todo tipo de conteúdo que pudesse oferecer contribuições ao projeto. Cada autor colocado na obra nos afetou e trouxe um novo olhar sobre as práticas comunicacionais, teorias de gênero e fazer jornalístico.

Quanto ao último caso, por estarmos situados em uma cidade do interior, o contato com as fontes foi um exercício de alteridade. Como são pessoas que cruzam nossos caminhos diariamente - seja nas ruas, festas, estabelecimentos comerciais - há uma facilidade maior de enxergarmos as diversas características desses sujeitos. Por isso, foi possível perceber divergências entre os posicionamentos relatados e as ações desempenhadas no dia-a-dia. Além disso, foi lançado um olhar, em certa medida, antropológico. Pois, por estarmos em contato direto com as fontes, foi possível observá-las em seus momentos de interação com terceiros.

Sobre as dificuldades encontradas, a maior delas foi de conciliação de agendas. No início, era mais fácil dedicar um tempo aos encontros, mas as responsabilidades consumiram mais energia do que esperávamos. Portanto, o companheirismo e compreensão foram cruciais para conseguirmos êxito na finalização do projeto mais desgastante de nossas vidas.

Na montagem da reportagem, buscamos trazer elementos que dialogassem com as histórias narradas e com a temática apresentada. Para isso, unimos a linguagem textual com a audiovisual, sonora e fotográfica para compor a narrativa. Partimos do pressuposto de João Moreira Salles, que diz que tem coisas que precisam ser escritas e elementos que precisam ser mostrados. Dessa forma, escolhemos as linguagens de acordo com as características presentes nas histórias de cada personagem.

Outro ponto destacado é a possibilidade de aproximar os bastidores dos usuários. Por isso, ao incluirmos no produto uma produção preparada para apresentar o processo da reportagem e todos os percalços ocorridos – *podcast* - deixamos a relação com o ouvinte mais transparente. Assim, foi nesse espaço que tivemos a oportunidade de inserção direta na narrativa e, de reconhecermos a nossa voz em toda a produção.

Por fim, percebemos que narrar o Outro é uma tarefa complexa e desafiadora e por esse motivo, cada palavra foi pensada e repensada antes de ser colocada no texto. Mesmo as personagens deixando resquícios de si na nossa história, a responsabilidade de escrever sobre algo que ouvimos e não vivenciamos foi trabalhosa. Assim, após o contato com as fontes, não

somos mais os mesmos. O processo foi de compartilhamento e troca de experiências. Agora, ao final do curso, podemos dizer que somos jornalistas. Não somente por possuímos um diploma, mas porque sabemos qual jornalismo iremos praticar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Caio Fernando Abreu. **Morangos Mofados**. 4.ED. São Paulo: Brasiliense, 2015.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico** : dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2010.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita da história, escrita biográfica: das possibilidades de sentido. In AVELAR, Alexandre de Sá e SCHMIDT, Benito Bisso (orgs), **Grafia da vida**: Reflexões e experiência com a escrita biográfica, São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- BARRETOS, Dayane do Carmo. **Experimentar encontros e compartilhar sentidos: a escrita de si e do outro nas narrativas de jornalistas brasileiras**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Mariana, 2016.
- BERGER, Christa. Jornalismo e Ciências Sociais: circulação de saberes sobre o presente. **Revista Intexto**. Porto Alegre, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. Incorporando a dominação. In: **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, 2012.
- BRAGA, Adriana; RODRIGUES, Adriano. Espaço Público, Interação e Discurso: da *agora* às redes sociais. **Pentálogo V**. Alagoas. 2014.
- BRUM, Eliane. **A Academia do Oscar fez justiça ao expulsar Polanski e Cosby por crimes contra as mulheres?** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/07/opinion/1525711712_488892.html. Acesso em: 12 de maio de 2018.
- _____ (2017). **O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. 2. ed. Porto Alegre.
- BUTLER, Judith. **Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____ (2011). Vida precária. Contemporânea. **Revista de Sociologia da UFSCar**, 1, 13-33.
- CANDAUI, Joël. **A memória e o princípio de perda**. Dialogos, Academia de Studii Economice, Bucharest, 2012.
- CAPITAL INICIAL. **Quatro vezes você**. São Paulo: Abril Music, 2002. 1 disco sonoro (49 min).
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura – volume 2). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, E. **Vocabulário Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução Ingrid Muller Xavier. Revisão Técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DEUZE, Mark e WITSCHGE, Tamara. **Além do Jornalismo**. Leituras do Jornalismo, v. 2. ano 2, n. 4, p. 1-31, julho/dezembro 2015.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1959.

_____. **A arte como experiência**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Editora Martins, 2010.

DIONIZIO, Priscila M. **Entre mundos: um encontro com o outro na tessitura da narrativa jornalística**. Dissertação de mestrado em Comunicação, UFMG, Belo Horizonte, 2011.

FOLHA DE LONDRINA. **Ascendente em libra e lua em capricórnio**. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/ascendente-em-libra-e-lua-em-capricornio-1012688.html>. Acesso em: 27 de setembro de 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 25-46.

HALLIN, D. **The passing of the “high modernism” of American journalism**. Journal of Communication 42, 1992, p. 14-25.

HARIMAN, Robert; LUCAITES, Louis. Hands and Feet: Photojournalism, the Fragmented Body Politic and Collective Memory. In: **Journalism and Memory**. Barbie Zelizer, Keren Tenenboim-Weinblatt. Palgrave, 2014, p. 131-147.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEAL, B. S. **O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos**. In LEAL, Bruno S. e CARVALHO, Carlos A. (orgs). Narrativas e poéticas midiáticas: Estudos e perspectivas, São Paulo: Intermeios, 2013.

LEAL, B. S. MENDONÇA, C. C. **Dilemas da visibilidade jornalística das violências contra pessoas LGBTQ+ e contra mulheres heterossexuais no Brasil**. v. 13, n. 2, 2019.

LOURO, Guacira L. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, G. L.(org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MAIA, Marta; TAVARES, Michele. As temporalidades no jornalismo: do acontecimento às narrativas. In: **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas** [recurso eletrônico] / Demétrio de Azeredo Soster, Fabiana Quatrin Piccinin – Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017, p.73-85.

MEDINA, Cremilda. “Mito e visão de mundo”, in MEDINA, Cremilda, **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**, São Paulo: Summus, 2003.

MORAES, Fabiana. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **Compós**. Rio Grande do Sul. 2019.

OLIVEIRA, Lúcia M. **Corpos indisciplinados: Ação cultural em tempos de biopolítica**. Tese de doutorado em Ciência da Informação, USP, São Paulo. 2006.

PEREIRA, Wellington J. O. A comunicação e a cultura no cotidiano. Porto Alegre: **Revista FAMECOS**, 2007, quadrimestral, n. 32, abr. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3416/2679>. Acesso em: 09 out 2019.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RESENDE, Fernando. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa: A intriga e a narrativa histórica**. Vol. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SCHUDSON, Michael. Journalism as a Vehicle of Non-Commemorative Cultural Memory. In: **Journalism and Memory**. Barbie Zelizer, Keren Tenenboim-Weinblatt. Palgrave, 2014, p. 85-97.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Vozes, 9. ed. Petrópolis, RJ, 2011, p. 311-322.

YOUNG, Fernanda. **Pós-F: para além do masculino e feminino**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.